



**FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

**FACULDADE DE DIREITO**

Credenciada pela Portaria MEC n.º 3.640, de 17/10/2005 – DOU de 20/10/2005.

**CURSO DE DIREITO - BACHARELADO**

Reconhecido pela Portaria MEC n.º 444, de 1º de novembro de 2011 – DOU de 3/11/2011.

---

# **RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO ANO LETIVO DE 2014**

**Porto Alegre, março de 2015**

**LISTA DE GRÁFICOS**

|  |      |
|--|------|
| <b>GRÁFICO N.º 1 - TITULAÇÃO DOS DOCENTES QUE ATUARAM NA GRADUAÇÃO EM 2014/1</b> ..... | P.48 |
| <b>GRÁFICO N.º 2 - TITULAÇÃO DOS DOCENTES QUE ATUARAM NA GRADUAÇÃO EM 2014/2</b> ..... | P.48 |
| <b>GRÁFICO N.º 3 – REGIME DE TRABALHO DOCENTE 2014/1</b> .....                         | P.50 |
| <b>GRÁFICO N.º 4 - REGIME DE TRABALHO DOCENTE 2014/2</b> .....                         | P.50 |

## LISTA DE QUADROS

|   |    |
|---|----|
| <b>QUADRO N.º 1 - INTEGRANTES DO NDE, CARGA HORÁRIA DE DEDICAÇÃO, EXPERIÊNCIA DOCENTE E PROFISSIONAL, EM ANOS.</b> .....                            | 12 |
| <b>QUADRO N.º 2 - DEMONSTRATIVO DAS CATEGORIAS DE INFORMANTES ENTRE 2009 E 2014 PARA A AVALIAÇÃO DAS DIMENSÕES DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL</b> ..... | 26 |
| <b>QUADRO N.º 3 - CRONOGRAMA DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA FACULDADE DE DIREITO – 2014</b> .....  | 28 |
| <b>QUADRO N.º 4 - PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS: EIXO I</b> .....   | 30 |
| <b>QUADRO N.º 5 - CONCEITO OBTIDO PELA IES EM SEU RECONHECIMENTO</b><br>.....   | 31 |
| <b>QUADRO N.º 6 - CONCEITO OBTIDO PELA IES NA RENOVAÇÃO DO RECONHECIMENTO</b><br>.....  | 32 |
| <b>QUADRO N.º 7 - CONCEITO OBTIDO PELA IES EM SEU RECRENCIAMENTO</b><br>.....   | 32 |
| <b>QUADRO N.º 8 - PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS: EIXO II</b> .....  | 35 |
| <b>QUADRO N.º 9 - PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS: EIXO III</b> .....   | 44 |
| <b>QUADRO N.º 10 - DEMONSTRATIVO DO NÚMERO DE DOCENTES DA GRADUAÇÃO QUANTO À TITULAÇÃO (2011/2012/2013/2014 – 1.º E 2.º SEM.)</b> .....             | 49 |
| <b>QUADRO N.º11 - DEMONSTRATIVO DO REGIME DE TRABALHO E TITULAÇÃO DOS DOCENTES DA GRADUAÇÃO (2010/2011/2012/2013/2014 – 1.º E 2.º SEM.)</b> .....   | 49 |
| <b>QUADRO N.º12 - DEMONSTRATIVO DO NÚMERO DE DOCENTES DA PÓS-GRADUAÇÃO ENTRE 2014 – 1.º E 2.º SEM.)</b> .....                                       | 51 |
| <b>QUADRO N.º 13 – GRAU MÉDIO DE SATISFAÇÃO 2010 A 2014</b> .....   | 52 |
| <b>QUADRO N.º 14 - AMPLIAÇÃO DAS PARCERIAS COM INSTITUIÇÕES CONVENIADAS EM 2012 E 2013</b> .....  | 54 |
| <b>QUADRO N.º 15 - DEMONSTRATIVO DAS PROPOSTAS EXECUTADAS NOS CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO EM 2014</b> .....  | 58 |
| <b>QUADRO N.º 16 –ATIVIDADES DE EXTENSÃO DESENVOLVIDAS ENTRE 2011 E 2014</b> .....  | 62 |
| <b>QUADRO N.º 17– SÍNTESE DO N.º DE PROJETOS DE PESQUISA (2012-2014)</b> .....  | 63 |
| <b>QUADRO N.º 18 – ACADÊMICOS, MONITORES E COM BOLSA DE PESQUISA</b> .....  | 66 |
| <b>QUADRO N.º 19 – NÚMERO DE ACADÊMICOS QUE PARTICIPARAM DO PROGRAMA DE MOBILIDADE ACADÊMICA ENTRE 2011 E 2014</b> .....                            | 67 |

|  |           |
|--|-----------|
| <b>QUADRO N.º 20 - PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS: EIXO IV</b> .....  | <b>73</b> |
| <b>QUADRO N.º 21 - DEMONSTRATIVO DO NÚMERO DE COLABORADORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS (2010/2013 – 1.º E 2.º SEM.)</b> ..... | <b>76</b> |
| <b>QUADRO N.º 22 – GRAU DE SATISFAÇÃO DOS COLABORADORES</b> .....  | <b>76</b> |
| <b>QUADRO N.º 23 – GRAU DE SATISFAÇÃO GLOBAL DOS ACADÊMICOS E DOCENTES DA FACULDADE</b> .....                              | <b>77</b> |
| <b>QUADRO N.º 24 – DEMONSTRATIVO DO PERCENTUAL DE FATURAMENTO DESTINADO À CONCESSÃO DE BOLSAS – 2006/2 A 2013/2</b> .....  | <b>81</b> |
| <b>QUADRO N.º 25 - PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS: EIXO V</b> .....   | <b>84</b> |

## SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| INTRODUÇÃO.....  | 7  |
| 1.1 IDENTIFICAÇÃO DA FACULDADE DE DIREITO DA FMP .....           | 9  |
| 1.2 A MANTENEDORA .....  | 9  |
| 1.3 ORGANOGRAMA .....  | 10 |
| 2 INTEGRANTES DA GESTÃO .....                                    | 11 |
| 2.1 DIREÇÃO DA FACULDADE .....                                   | 11 |
| 2.2 COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO.....                       | 11 |
| 2.3 GERENCIA EXECUTIVA .....                                     | 11 |
| 2.4 COORDENAÇÃO GERAL DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO.....          | 11 |
| 2.5 SUPERVISÃO DA SECRETARIA GERAL .....                         | 12 |
| 2.6 INTEGRANTES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE - NDE.....        | 12 |
| 2.7 COORDENAÇÃO DO NÚCLEO DE PESQUISA .....                      | 13 |
| 2.8 COORDENAÇÃO DO NÚCLEO DE EXTENSÃO .....                      | 13 |
| 2.9 COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES .....              | 13 |
| 2.10 COORDENAÇÃO DO NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS.....            | 14 |
| 2.11 COORDENAÇÃO DA COMISSÃO DE FORMATURA E EGRESSOS .....       | 14 |
| 2.12 COORDENAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO .....         | 14 |
| 2.13 COORDENAÇÃO DA BIBLIOTECA .....                             | 14 |
| 3 INTEGRANTES DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO DA FACULDADE..... | 15 |
| 4 CARACTERIZAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO .....          | 16 |
| 4.1 DENOMINAÇÃO DO CURSO .....                                   | 16 |
| 4.2 CÓDIGO DO CURSO NO INEP .....                                | 16 |
| 4.3 CARGA HORÁRIA TOTAL .....                                    | 16 |
| 4.4 NÚMERO DE CRÉDITOS .....                                     | 16 |
| 4.5 EMBASAMENTO LEGAL INTERNO .....                              | 16 |
| 4.6 EMBASAMENTO LEGAL EXTERNO.....                               | 17 |
| 4.7 NÚMERO DE VAGAS.....   | 17 |
| 4.8 TURNOS DE FUNCIONAMENTO .....                                | 17 |
| 4.9 DIMENSÕES DAS TURMAS.....                                    | 18 |
| 4.10 PRAZOS DE INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO.....                      | 18 |
| 4.11 MISSÃO DO CURSO.....  | 18 |
| 4.12 VISÃO DO CURSO.....   | 18 |
| 4.13 VALORES DO CURSO.....                                       | 18 |
| 4.14 OBJETIVO GERAL DO CURSO.....                                | 19 |
| 4.15 OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO CURSO .....                        | 19 |
| 4.16 APRENDIZAGEM DESEJADA.....                                  | 20 |
| 4.17 PERFIL DO EGRESSO .....                                     | 20 |
| 5 CARACTERIZAÇÃO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO .....                 | 23 |
| SEGUNDA PARTE: .....   | 24 |
| 6 METODOLOGIA .....  | 25 |
| TERCEIRA PARTE:.....   | 29 |
| 7 PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO .....                                 | 30 |
| 7.1 EVIDÊNCIAS QUANTO À DIMENSÃO PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO .....  | 33 |

|  |    |
|--|----|
| 7.2 CONSIDERAÇÕES .....  | 34 |
| 8 DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL .....  | 35 |
| 8.1 EVIDÊNCIAS QUANTO À DIMENSÃO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – PDI ....                              | 36 |
| 8.2 EVIDÊNCIAS QUANTO À DIMENSÃO RESPONSABILIDADE SOCIAL .....   | 37 |
| 8.8 CONSIDERAÇÕES .....  | 42 |
| 9 POLÍTICAS ACADÊMICAS .....   | 44 |
| 9.1 DOS DOCENTES .....   | 48 |
| 9.2 EVIDÊNCIAS QUANTO À DIMENSÃO ENSINO (GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO),<br>PESQUISA E EXTENSÃO .....      | 51 |
| 9.3 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS QUE ADQUIRIRAM VISIBILIDADE NO ENSINO, NA<br>PESQUISA E NA EXTENSÃO ..... | 54 |
| 9.3.1 Programa de Pós-Graduação .....  | 57 |
| 9.3.2 Projetos de Extensão.....  | 59 |
| 9.4 EVIDÊNCIAS QUANTO À DIMENSÃO POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AO ESTUDANTE<br>.....                        | 65 |
| 9.5 EVIDÊNCIAS QUANTO À DIMENSÃO COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE .....                                     | 70 |
| 9.6 CONSIDERAÇÕES .....  | 71 |
| 10 POLÍTICAS DE GESTÃO.....  | 73 |
| 10.1 EVIDÊNCIAS QUANTO À DIMENSÃO POLÍTICAS DE PESSOAL .....   | 74 |
| 10.2 EVIDÊNCIAS QUANTO À DIMENSÃO ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA FACULDADE DE<br>DIREITO DA FMP .....         | 77 |
| 10.3 EVIDÊNCIAS QUANTO À DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA .....                                    | 80 |
| 10.4 CONSIDERAÇÕES .....   | 81 |
| 11 INFRAESTRUTURA.....   | 84 |
| 11.1 EVIDÊNCIAS PERCEBIDAS QUANTO À INFRAESTRUTURA FÍSICA .....  | 84 |
| 11.2 CONSIDERAÇÕES .....   | 85 |
| 12 SÍNTESES DOS PRINCIPAIS RESULTADOS .....  | 87 |

## INTRODUÇÃO

Com base na Lei 10.861/2004 e decorrente da análise do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e do Plano de Ação Anual, a CPA atualizou o Relatório de Autoavaliação, de acordo o disposto na legislação vigente, bem como atendendo parcialmente as orientações Norma Técnica INEP/DAES/CONAES Nº 65/2014.

O presente Relatório de Autoavaliação da Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP), elaborado pela sua Comissão Própria de Avaliação – CPA, com o respaldo do corpo diretivo da Faculdade, corresponde ao período de janeiro a dezembro do ano letivo de 2014.

O Relatório de Autoavaliação está dividido em três partes com a finalidade de:

- a) caracterizar sumariamente a IES, seu Curso de Graduação e Pós-Graduação em Direito e demais atividades curriculares desenvolvidas, partindo de dados já consolidados e apresentados nos relatórios anteriores;
- b) explicitar os referenciais e metodologia utilizados pela CPA para a avaliação das ações previstas no PDI e nos seus planos de ação anuais;
- c) apresentar os resultados da avaliação externa e interna relativa às dez dimensões, agrupadas em cinco eixos, de acordo com a Nota Técnica nº 08/2013, bem como sugerir soluções alternativas a serem consideradas em curto prazo pela Faculdade em seu Plano de Ação para o período de 2014/2015 e a médio e longo prazos, visando ao processo de melhorias contínuas e adequações que incidam sobre as propostas registradas no PDI, no Projeto Pedagógico Institucional – PPI e no Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Direito – PPC.

A divulgação deste relatório está prevista para o início do semestre letivo de 2015, 31 de março, aos segmentos acadêmicos e da comunidade em geral.

A CPA acredita que o processo de autoavaliação se relaciona com a tomada de decisões no âmbito da instituição, em diferentes níveis de abrangência. Esses processos, por sua vez, requerem diagnósticos pautados

na análise de dados e informações, representativas e atualizadas, na medida em que apontam para uma visão de desenvolvimento institucional temporal.

A Faculdade de Direito e a Mantenedora reconhecem que a avaliação institucional como autoavaliação é o processo que permite, através do levantamento de informações e da sistematização dos dados, tomar decisões de relevante importância para a IES. Além disso, permite o atendimento a um formalismo institucional externo, viabiliza a implantação e implementação de processos decisórios e de melhorias contínuas internas, maior interação com a comunidade acadêmica e com a comunidade externa, como a implantação de uma cultura de planejamento/execução/reflexão/ação voltada ao replanejamento, visando à qualificação das ações e à continuidade do processo.

A CPA, da FMP, baseou-se nas orientações da avaliação externa MEC/DAES/INEP - Diretrizes para a Avaliação Externa e nos documentos internos para a elaboração da proposta de avaliação institucional de 2014. A partir desta análise, foi elaborado o Relatório de Autoavaliação da IES. A finalidade deste relatório é avaliar a instituição a partir dos cinco eixos, expressos na Nota Técnica CGACGIES/DAES/INEP Nº 08/2013, contemplando nestes, as dez dimensões referenciadas no marco legal do Sinaes (Artigo 3º da Lei nº 10.861).



## 1.1 IDENTIFICAÇÃO DA FACULDADE DE DIREITO DA FMP

A **Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público**, credenciada para funcionar como Instituição de Ensino Superior pela Portaria MEC n.º 3.640, de 17/10/2005 – DOU de 20/10/2005, e recredenciada pela Portaria MEC nº 130 de 27 de fevereiro de 2013, publicada no DOU nº 40, p. 32, de 28 de fevereiro de 2013.

**Endereço:** Rua Coronel Genuíno, n.º 421: 6.º, 7.º, 8.º, 9.º, 10º e 12.º andares

**Fone:** (51) 3027.6565

**Fax:** (51) 3027.6555

## 1.2 A MANTENEDORA

A **Fundação Escola Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul** é entidade administrativa e financeiramente autônoma, dotada de personalidade jurídica própria, sem fins lucrativos. Foi presidida pelo Sr. Mauro Luís Silva de Souza, Me., este foi substituído em novembro de 2013 pelo Sr. David Medina da Silva, Especialista, até 8 de novembro de 2016.

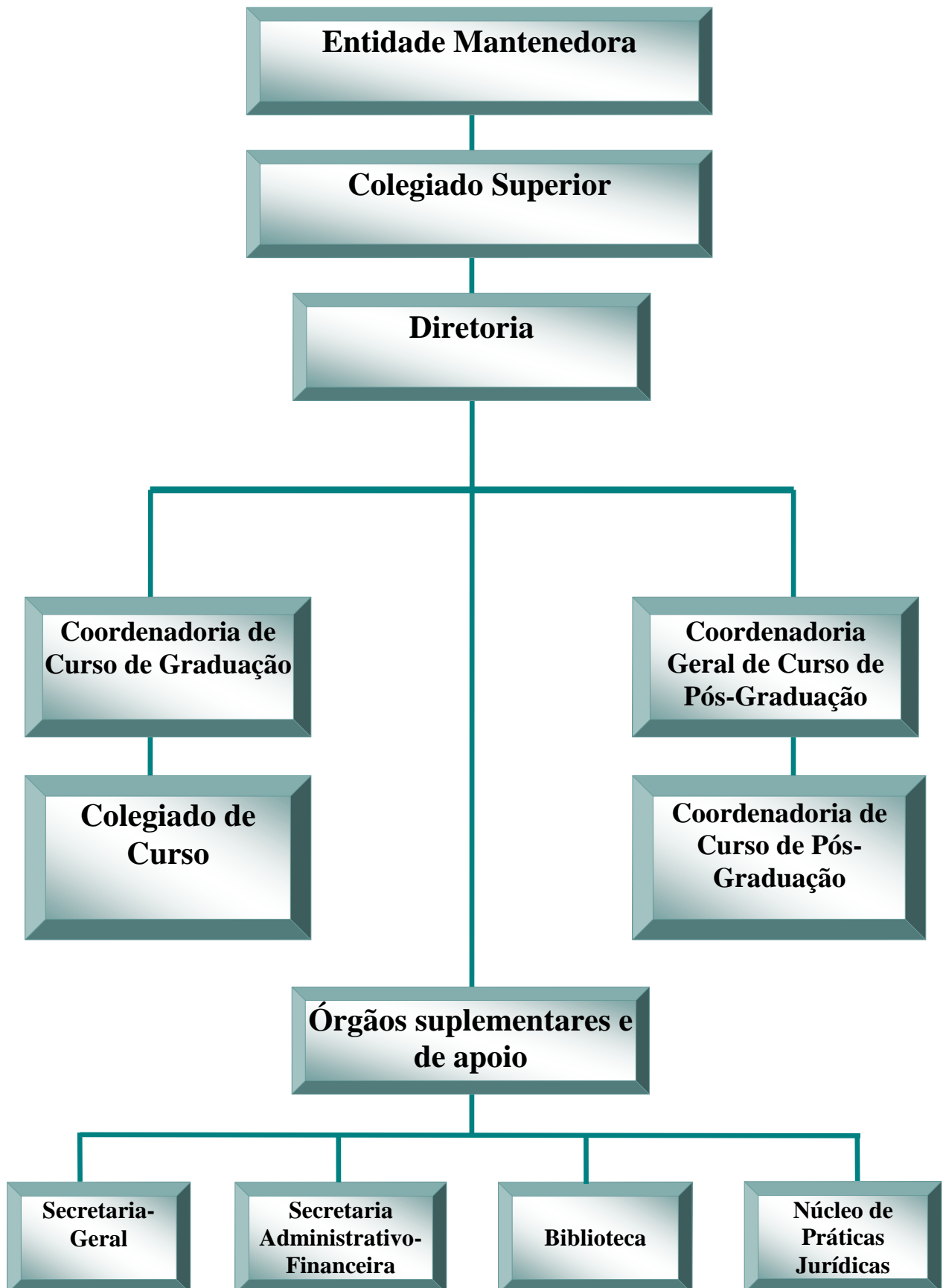
**CNPJ:** 90.090.762.0001-19

**Endereço:** Rua Coronel Genuíno, n.º 421, 9.º andar

**Fone:** (51) 3027 6565

**Fax:** (51) 3027 6555

## 1.3 ORGANOGRAMA



## **2 INTEGRANTES DA GESTÃO**

Nos subitens abaixo, descrevem-se as funções descritas no Regimento Interno da instituição.

### **2.1 DIREÇÃO DA FACULDADE**

A Direção da Faculdade é exercida pelo Prof. Fábio Roque Sbardellotto, Me., conforme Ato Resolutivo de 7 de outubro de 2011, que vigorou até 8 de outubro de 2014, sendo reconduzido no cargo até 07 de outubro de 2017, de acordo com o Ato Resolutivo nº 1/2014.

### **2.2 COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO**

A Coordenação da Faculdade é exercida pelo Prof. Luís Augusto Stumpf Luz, Dr., nomeado pela Portaria da Direção nº 5/2013, sendo reconduzido até 14 de outubro de 2017, conforme Portaria da Direção nº5/2014.

### **2.3 GERENCIA EXECUTIVA**

O Gerente Executivo tem função de caráter administrativo, executada por profissional que dá suporte à Diretoria no cumprimento de suas atribuições. A função de gerente é exercida por profissional sem restrições temporais para substituição.

### **2.4 COORDENAÇÃO GERAL DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

A função de Coordenação Geral dos Cursos de Pós-Graduação é exercida pelo Prof. Me. Guilherme Tanger Jardim, nomeado pela Portaria da Direção nº14/2013.

Cada área do Programa tem coordenação específica, distribuída da seguinte forma:

- a) conjunto de cursos da área de DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – Prof. Afonso Armando Konzen, Me.;
- b) conjunto de cursos da área de GESTÃO PÚBLICA – Prof. Luiz Fernando Calil de Freitas, Me.;
- c) conjunto de cursos da área de DIREITO PÚBLICO – Prof. Luiz Fernando Calil de Freitas, Me.;
- d) conjunto de cursos da área de PENAL E PROCESSUAL PENAL – Prof. Bruno Heringer Junior, Dr.;
- e) conjunto de cursos da área de URBANO E AMBIENTAL – Prof.<sup>a</sup> Annelise Monteiro Steigleder, Me.;
- f) conjunto de cursos da área de DIREITO E SEGUROS – Prof. Bruno Miragem, Dr., e Marco Aurélio Mello Moreira, Me.

## 2.5 SUPERVISÃO DA SECRETARIA GERAL

Ocupa a função de Supervisora Acadêmica da Secretaria Geral da Faculdade desde 18 de outubro de 2011 a Sr.<sup>a</sup> Mariana Christofoli Ramos.

## 2.6 INTEGRANTES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE - NDE

Em 17/03/2014, pela Portaria Dir. n.º 2/2014, passaram a integrar o Núcleo Docente Estruturante (NDE) os professores relacionados no quadro a seguir, com a experiência docente e profissional:

**QUADRO N.º 1 - INTEGRANTES DO NDE, CARGA HORÁRIA DE DEDICAÇÃO, EXPERIÊNCIA DOCENTE E PROFISSIONAL, EM ANOS**

| INTEGRANTES |                            | REGIME DE TRABALHO | TITULAÇÃO | FORMAÇÃO                          | EXPERIÊNCIA DOCENTE MÉDIA, EM ANOS | EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL MÉDIA, EM ANOS |
|-------------|----------------------------|--------------------|-----------|-----------------------------------|------------------------------------|---|
| 1           | Anizio Pires Gavião Filho  | INTEGRAL           | DOUTOR    | Bel. Ciências Jurídicas e Sociais | Média 6 anos                       | Média 24 anos                           |
| 2           | Betânia de Moraes Alfonsin | INTEGRAL           | DOUTOR    | Bel. Ciências Jurídicas e Sociais | Média 15 anos                      | Média 19 anos                           |
| 3           | Bruno Heringer Junior      | INTEGRAL           | DOUTOR    | Bel. Ciências Jurídicas e Sociais | Média 8 anos                       | Média 21 anos                           |

|    |                          |          |         |                                   |               |               |
|----|--------------------------|----------|---------|-----------------------------------|---------------|---------------|
| 4  | Eduardo Carrion          | PARCIAL  | MESTRE  | Bel. Ciências Jurídicas e Sociais | Média 35 anos | Média 30 anos |
| 5  | Fábio Roque Sbardello    | INTEGRAL | MESTRE  | Bel. Ciências Jurídicas e Sociais | Média 20 anos | Média 25 anos |
| 6  | Flávia Clarici Mädche    | INTEGRAL | DOUTORA | Linc. Pedagogia                   | Média 30 anos | Média 30 anos |
| 7  | Luís Augusto Stumpf Luz  | INTEGRAL | DOUTOR  | Bel. Ciências Jurídicas e Sociais | Média 22 anos | Média 22 anos |
| 8  | Guilherme Tanger Jardim  | INTEGRAL | MESTRE  | Bel. Ciências Jurídicas e Sociais | Média 14 anos | Média 14 anos |
| 9  | Plauto Faraco de Azevedo | INTEGRAL | DOUTOR  | Bel. Ciências Jurídicas e Sociais | Média 45 anos | Média 25 anos |
| 10 | Thais Teixeira Rodrigues | PARCIAL  | MESTRE  | Bel. Ciências Jurídicas e Sociais | Média 12 anos | Média 12 anos |

Fonte: Secretaria Acadêmica / jan. 2015

## 2.7 COORDENAÇÃO DO NÚCLEO DE PESQUISA

Desde 2012, por meio da Portaria nº 17/2012, a função de Coordenador de Pesquisa passou a ser exercida pelo Prof. Anízio Pires Gavião Filho, Dr., cujas atribuições estão dispostas no Regimento Interno da IES.

## 2.8 COORDENAÇÃO DO NÚCLEO DE EXTENSÃO

Em agosto de 2009, foi nomeada, pela Portaria Dir. n.º 5/2009, a Prof.<sup>a</sup> Betânia de Moraes Alfonsin, Dra., para assumir a função de Coordenação da Extensão.

## 2.9 COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

A partir de 23 de março de 2010, foi nomeada, pela Portaria Dir. n.º 2/2010, a Prof.<sup>a</sup> Betânia de Moraes Alfonsin, Dra., para coordenar as Atividades Complementares.

## 2.10 COORDENAÇÃO DO NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS

Esta coordenação é exercida pela Prof.<sup>a</sup> Thaís Rodrigues, Me., que acompanha a validação dos estágios obrigatórios e não obrigatórios, faz o acompanhamento das práticas jurídicas realizadas na Faculdade e fora dela.

## 2.11 COORDENAÇÃO DA COMISSÃO DE FORMATURA E EGRESSOS

Pela Portaria n.º 18/2011, foi nomeado, como Coordenador da Comissão de Formatura e do Programa de Acompanhamento de Egressos, o Prof. Guilherme Tanger Jardim, Me.

Desde 2009, a Faculdade, por meio de sua coordenação, desencadeou atividades previstas no PDI e no seu Plano de Ação Anual, relativas à criação de infraestrutura para apoiar o planejamento, a execução e a avaliação dos processos de colação de grau, para o acompanhamento de formandos e egressos.

## 2.12 COORDENAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Para coordenar as disciplinas de Trabalho de Conclusão de Curso e o encaminhamento das bancas foi nomeado, pela Portaria n.º 02/2012, o Prof. Afonso Armando Konzen, Me.

## 2.13 COORDENAÇÃO DA BIBLIOTECA

A biblioteca é coordenada pela bibliotecária Patrícia Moura dos Santos, CRB 10/1914, que atua nessa função desde 26 de abril de 2010.

### **3 INTEGRANTES DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO DA FACULDADE**

A Comissão Própria de Avaliação é exercida pelos membros abaixo relacionados, que passaram a atuar a partir da Portaria n.º 21/2011, sendo formada pelos integrantes nomeados pela Portaria n.º 6/2012, com alterações realizadas pela Portaria n.º 10/2013 e n.º 8/2014.

#### **a) Representantes do Corpo Técnico-Administrativo**

- Leilaine Iara Vasques Vargas
- Camila Lopes
- Rosângela Rocho Berg

#### **b) Representantes do Corpo Docente**

- Guilherme Tanger Jardim
- Flávia Clarici Mädche
- Renata Maria Dotta Panichi
- Luis Augusto Stumpf Luz (Coordenador da Comissão)

#### **c) Representante do Corpo Discente**

- Adriana Prass da Silva
- Rosemeri Munhoz de Andrade
- Eduardo Souza da Costa

#### **d) Representante da Sociedade Civil**

- Jaqueline Maciel
- Luiz Fernando Oderich
- Valdete Severo

## 4 CARACTERIZAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

### 4.1 DENOMINAÇÃO DO CURSO

Curso de Direito - Bacharelado

### 4.2 CÓDIGO DO CURSO NO INEP

N.º 92.173

### 4.3 CARGA HORÁRIA TOTAL

A carga horária, quando da autorização do funcionamento do Curso, era de 4.468 horas-aula (50min). Diante da legislação educacional posterior à autorização do funcionamento do Curso em questão, legislação ainda em vigor, a Matriz Curricular do Curso, em julho de 2009, com aprovação do Colegiado Superior, após apreciação pelo Colegiado de Curso, passou a ofertar 3.703 horas (60min), que equivalem a 4.444 horas-aula<sup>1</sup> de 50 min.

### 4.4 NÚMERO DE CRÉDITOS

O número inicial de créditos era de 214. De acordo com os ajustes requeridos pela legislação em vigor, passou para 234.

### 4.5 EMBASAMENTO LEGAL INTERNO

- a) Regimento da Faculdade
- b) Plano Pedagógico Institucional
- c) Projeto Pedagógico do Curso
- d) Atos regulatórios decorrentes<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Segundo Ato Normativo, aprovado na reunião da Direção Superior de 3/8/2009, GRAD n.º 002/2009 – Alteração Matriz Curricular, que altera a Matriz Curricular do Curso de Direito, aprovada pelo MEC, autorizado pela Portaria MEC n.º 846, de 4 de abril de 2006, publicada no DOU de 5/4/2006, quando da Autorização de Funcionamento do Curso, a serem cumpridas pelos acadêmicos a partir do 2.º semestre de 2009.

<sup>2</sup> Conforme documentos integrantes do arquivo de Regulamentações da Faculdade.



#### 4.6 EMBASAMENTO LEGAL EXTERNO

- a) Lei n.º 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação.
- b) Parecer CNE CES n.º 55/2004; Parecer CNE/CES n.º 211/2004, Resolução CNE/CES n.º 09/2004; Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Direito.
- c) Decreto n.º 5.626/2005; Libras.
- d) Parecer CNE/CES n.º 08/2007; Carga horária.
- e) Resolução CNE/CES n.º 02/2007 - Hora-aula.
- f) Lei n.º 9.795, de 27 de abril de 1999, e Decreto n.º 4.281, de 25 de junho de 2002; Política da Educação Ambiental.
- g) Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004 – SINAES.
- h) Condições de Acessibilidade, conforme as leis n.º 10.098/2002, n.º 6.949/2009, n.º 7.611/2011 e a Portaria n.º 3.284/2003.
- i) Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e africana e indígena, conforme o disposto na Lei n.º 11.645 de 10/03/2008, na Resolução CNE/CP n.º 01, de 17 de junho de 2004 e na Lei n.º 10.639, de 09 de janeiro de 2003;
- j) Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme o disposto no Parecer CNE/CP n.º 8/2012. Parecer CP/CNE n.8 de 06/03/2012, que originou a Resolução CP/CNE n.1 de 30/05/2012.

#### 4.7 NÚMERO DE VAGAS

O curso oferece 200 vagas anuais, distribuídas semestralmente em dois turnos, conforme Portaria de Reconhecimento do Curso n.º 444, de 1.º de novembro de 2011, publicada no DOU n.º 211, de 3 de novembro de 2011, p.40.

#### 4.8 TURNOS DE FUNCIONAMENTO

O Curso funciona nos turnos diurno e noturno.

#### 4.9 DIMENSÕES DAS TURMAS

As turmas são compostas por, no máximo, 50 acadêmicos, atendidas as especificidades da disciplina e do espaço da sala de aula.

#### 4.10 PRAZOS DE INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO

Segundo a legislação vigente, o tempo mínimo para integralizar o Curso é o de dez semestres. A Faculdade estabeleceu, como prazo máximo para a conclusão do Curso, o período de 16 semestres.

#### 4.11 MISSÃO DO CURSO

Promover a educação e a cultura sociojurídica, preparando cidadãos e profissionais éticos para atuarem como agentes de transformação social.

#### 4.12 VISÃO DO CURSO

Ser reconhecido como excelente opção educacional focada na formação de juristas diferenciados: profissionais éticos, humanistas, resolutivos e prontos para os desafios do Estado contemporâneo no mundo globalizado, capazes de enfrentar, como lideranças institucionais, as questões jurídicas de modo interdisciplinar.

#### 4.13 VALORES DO CURSO

Valorizar o conjunto de ideias, crenças, sentimentos e atitudes que orientam a sua essência, que remetem à competência, efetividade, ética, excelência, interdisciplinaridade, justiça e pluralidade.

#### 4.14 OBJETIVO GERAL DO CURSO

Formar profissionais para uma sociedade em constante mutação, com adequada visão humanística, ética e crítica, técnico-jurídica e prática, capazes de compreender, refletir e agir sobre o fenômeno jurídico de forma interdisciplinar, bem como de antecipar-se, oferecendo orientações capazes de posicionar a comunidade no enfrentamento dos problemas atuais e futuros, pela reflexão sustentada em um conhecimento teórico consolidado, cumprindo seu papel de agente de transformação regional e nacional.

#### 4.15 OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO CURSO

- a) **Alcançar** o patamar de excelência na formação jurídica de bacharéis cientes da necessidade de cultivar a educação jurídica continuada, preparados para uma sociedade em constante mutação, reconhecidos como profissionais competentes para resolver tecnicamente os problemas que se apresentam sempre como desafios éticos e humanos.
- b) **Colaborar** no desenvolvimento dos conhecimentos teóricos e com intervenções práticas, para a melhoria dos indicadores sociais brasileiros e regionais, tendo como horizonte a efetivação de direitos fundamentais e a formulação de propostas no que tange às políticas públicas, bem como à integração e à cooperação internacionais.
- c) **Enfatizar** os valores plurais que conformam a Justiça das sociedades contemporâneas – interculturais e complexas – e estimular práticas coerentes com a emancipação e a inclusão das pessoas, cuja dignidade é valor fonte do Estado Constitucional, preferencialmente pela atuação extrajudicial, para prevenção e solução de conflitos individuais, coletivos e difusos.
- d) **Apresentar** a formação oferecida como alternativa de alto nível, no cenário educativo brasileiro, para estudos interdisciplinares que congreguem atividades de ensino, pesquisa e extensão com vocação para a interação entre o público e o privado, descortinando as diretrizes atuais para o aperfeiçoamento democrático do Direito, com processos

decisórios claros e transparentes, e desenvolvimento sustentável centrado na dignidade da pessoa humana e no primado do Direito.

#### 4.16 APRENDIZAGEM DESEJADA

Os princípios filosóficos e teórico-metodológicos que iluminam as áreas temáticas contempladas na matriz curricular de cada disciplina foram elaborados a partir das seguintes premissas:

- a) Possibilitar a interdisciplinaridade e a flexibilidade de aprendizagem dos acadêmicos, dos docentes e da instituição como um todo.
- b) Possibilitar a construção do conhecimento pelo próprio acadêmico e ampliar a participação dos docentes nessa trajetória discente, com apoio nas atividades de pesquisa e de extensão realizadas.
- c) Viabilizar a integração entre as disciplinas teóricas e as práticas de maneira gradual, visto que o acadêmico precisa localizar-se conceitualmente antes da realização de práticas orientadas.

#### 4.17 PERFIL DO EGRESSO

Levando em conta as determinações estabelecidas pela Resolução CNE/CES n.º 9, de 29 de setembro de 2004, ficam definidas as finalidades e as expectativas do corpo diretivo, dos docentes da Faculdade, da mantenedora, dos estudantes ingressantes, e a relação da IES com o estudante concluinte.

O perfil do egresso do Curso aponta para um sujeito capaz de refletir sobre sua ação, pautada pela ética, pelo humanismo, de forma contextualizada, trazendo, em sua ação, soluções e orientações, de forma qualificada, para a pacificação das relações entre os diversos públicos que buscam a proteção de seus direitos. Nesse contexto, a Fundação Escola Superior do Ministério Público, por meio de seu Curso de Graduação em Direito, propõe formar profissionais com as seguintes competências, habilidades e atitudes:

- a) Atitude constante de autoavaliação quanto às habilidades e aos conhecimentos, de modo a projetar permanente atualização e contínuo aperfeiçoamento.
- b) Atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias (administrativas, judiciais e outros espaços), pela utilização de processos, atos e procedimentos.
- c) Capacidade de pesquisar e capacidade para utilizar legislação, jurisprudência, doutrina e outras fontes para a aplicação e a produção criativa do Direito, mercê de análise crítica do sistema jurídico, de modo a encontrar a solução mais viável para os casos e as situações apresentados, valendo-se da interdisciplinaridade e dos valores sociais estampados na Constituição Federal.
- d) Capacidade de comparar e contrastar, detectar contradições, avaliar as consequências das escolhas axiológicas; questionar a realidade e argumentar coerentemente, inclusive de forma estético-expressiva; em especial, utilizar o raciocínio jurídico e a capacidade de convencimento, metafórica e analógica.
- e) Capacidade de leitura e análise das várias linguagens, inclusive imagéticas, tradicionais ou visionárias, bem como compreender e elaborar textos e documentos.
- f) Domínio de informações e capacidade de compreender e desenvolver métodos extrajudiciais de prevenção e solução de conflitos individuais e coletivos, assim como outras tecnologias e métodos alternativos.
- g) Postura humanística e interdisciplinar para além do domínio dos conteúdos estritamente jurídicos, evidenciando a capacidade de compreender e situar-se em temas que transcendem o específico ambiente jurídico.
- h) Capacidade de compreender o integrar os fundamentos filosóficos e teóricos do Direito com sua aplicação prática, bem como a sua essência humanística.
- i) Utilização correta da linguagem (com clareza, precisão e propriedade) e da fluência verbal e escrita, com riqueza de vocabulário.

- j) Habilidade e atitude para conviver com as pessoas, capaz de alteridade, de mediação e de aproximar pessoas.
- k) Perceber seu papel de agente comprometido com a construção de uma sociedade mais justa e solidária.
- l) Posição pragmática voltada para a realidade regional, ciente do contexto internacional, com competência suficiente para entender o alcance das normas jurídicas e sua aplicabilidade, para equacionar problemas e levar harmonia aos interesses sociais em tensão.

## 5 CARACTERIZAÇÃO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO

A Pós-Graduação vem desenvolvendo seu compromisso com a qualidade e com o acompanhamento e a avaliação de suas ações nos âmbitos em que atua. A IES, por meio de seus cursos de Pós-Graduação, se coloca como opção ao incremento da capacitação de estudantes para a atuação especializada na área pública, sem deixar de reconhecer sua responsabilidade na formação de profissionais de outras carreiras jurídicas.

Ainda que a FMP tenha foco no Direito Público, ramo do Direito mais afeto às carreiras de Estado, o Programa de Pós-Graduação busca ser mais abrangente, atuando dentro âmbito das diferentes carreiras jurídicas. A divulgação é feita entre os vários setores da sociedade, como os órgãos de administração direta e indireta, estaduais e federais situados neste Estado, para entidades de classe, federações de indústria e comércio.

As metas do PDI, relativas à Pós-Graduação, merecem destaque pelo esforço empreendido pela IES no sentido de aproximar e integrar a Graduação com a Pós-Graduação. A Faculdade, como IES, incorporou as ações desenvolvidas pela Mantenedora (especialmente credenciada como instituição não educacional para oferecer cursos de Especialização), dando continuidade às ofertas que estão incorporadas no PDI. Em 2013 e 2014, foi constituída uma comissão para elaboração de um projeto para a implantação de curso *stricto sensu*.

A fim de atender, de forma mais qualificada, a comunidade acadêmica, têm sido adotadas medidas de aproveitamento da contratação das horas dos docentes da Graduação, nos cursos de Pós-Graduação, grupos de pesquisa e eventos abertos, integrando os acadêmicos dos dois níveis.

**SEGUNDA PARTE:**  
**AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL:**  
**METODOLOGIA**



## 6 METODOLOGIA

A CPA baseou-se nas orientações vigentes da avaliação externa MEC/CONAES - Diretrizes para a Avaliação Externa e documentos internos para a elaboração da proposta de avaliação institucional de 2014.

A Instituição, coerente com sua missão de “promover a educação e a cultura sociojurídica, preparando e formando agentes para atuarem na sociedade como instrumentos de transformação social”, apoiou a CPA na realização do processo de autoavaliação interna, não apenas como uma exigência legal estabelecida pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), mas como um requisito de apoio à melhoria de seus processos de gestão acadêmica e administrativa e de melhoria de seus procedimentos e produtos educacionais oferecidos, em nível de Graduação e de Pós-Graduação *lato sensu*.

Dessa forma, os processos internos de avaliação, adotados pela CPA e a Faculdade, durante o ano letivo de 2014, identificaram:

- a) As necessidades e possibilidades de ajustes operacionais e gerenciais para favorecer a consolidação e expansão dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação.
- b) A possibilidade de exploração de potencialidades descobertas relativas ao corpo docente, à infraestrutura, ao perfil dos acadêmicos e às aprendizagens institucionais realizadas.

A análise dos documentos normativos da Faculdade, realizada através das informações obtidas pela CPA junto aos informantes do Quadro 2, exposto a seguir, evidencia a importância da avaliação dos principais indicadores constantes dos documentos para uma gestão de qualidade, em especial:

- a) No Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).
- b) No Projeto Pedagógico Institucional (PPI).
- c) No Regimento da Faculdade.
- d) O Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Direito (PPC).

- e) Na revisão dos atos normativos existentes, relativos a questões acadêmicas e administrativas.
- f) Na possibilidade de elaborar novos atos normativos relativos ao funcionamento de estruturas auxiliares criadas e avaliadas pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), o Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ), o Núcleo de Atendimento Psicopedagógico (NAP), as Coordenações da Pesquisa, da Extensão e das Atividades Complementares.
- g) Nos relatórios das Comissões de Avaliadoras *in loco* do MEC, que subsidiaram o reconhecimento do curso e o credenciamento institucional.

**QUADRO N.º 2 - DEMONSTRATIVO DAS CATEGORIAS DE INFORMANTES ENTRE 2010 E 2014 PARA A AVALIAÇÃO DAS DIMENSÕES DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**

| DIMENSÕES  |                           | INFORMANTES 2010/2011/2012/2013/2014  |
|--|---------------------------|---|
| <b>Missão e PDI</b>  |                           | Diretor da Faculdade, Secretaria-Geral, Coordenadores de Curso, Gerência Administrativa, integrantes do NAP, integrantes da Coordenação da Pós-Graduação, integrantes do NDE  |
| <b>Ensino</b>  | <b>Geral</b>              | Direção, Coordenadores de Curso, Docentes, Acadêmicos, integrantes do NAP   |
|  | <b>Grau de Satisfação</b> | Acadêmicos e Docentes   |
| <b>Responsabilidade Social</b>   |                           | Diretor, Secretaria-Geral, Coordenadores de Cursos, Gerência Executiva, Comunicação Social, integrantes do NDE, Coordenadores de Atividades Complementares, Pesquisa, Extensão, Práticas Jurídicas, integrantes do NAP, do Corpo Docente e Discente |
| <b>Comunicação com a Sociedade</b>   |                           | Diretor, Secretaria-Geral, Coordenadores de Cursos, Comunicação Social, Docentes, integrantes do NDE, Coordenadores de Atividades Complementares, Pesquisa, Extensão, Núcleo de Práticas Jurídicas integrantes do NAP, do Corpo Docente e Discente  |
| <b>As políticas de carreiras do corpo docente e técnico administrativo</b> |                           | Diretor, Secretaria Geral, Coordenadores de Cursos Gerência Executiva, Docentes, Funcionários e integrantes do NAP  |
| <b>Organização e gestão da instituição</b>                                 |                           | Diretor, Secretaria-Geral, Coordenadores de Curso, Gerência Administrativa, integrantes do NDE, Coordenadores de Atividades Complementares, Pesquisa, Extensão, Núcleo de Práticas Jurídicas e Mantenedora  |

|   |  |
|---|--|
| <b>Infraestrutura física</b>              | Diretor, Secretaria-Geral, Coordenadores de Curso, Gerência Administrativa, integrantes do NDE, Coordenadores de Atividades Complementares, Pesquisa, Extensão, Núcleo de Práticas Jurídicas, Acadêmicos, Funcionários, Docentes e Mantenedora |
| <b>Planejamento e Avaliação</b>           | Diretor, Secretaria-Geral, Coordenadores de Curso, Gerência Administrativa, integrantes do NDE, Coordenadores de Atividades Complementares, Pesquisa, Extensão, Núcleo de Práticas Jurídicas NAP   |
| <b>Políticas de atendimento acadêmico</b> | Diretor, Secretaria-Geral, Coordenadores de Cursos, Gerência Administrativa, Núcleo de Atendimento Psicopedagógico e integrantes do Corpo Discente e Docente   |
| <b>Sustentabilidade Financeira</b>        | Diretor, Secretaria-Geral, Coordenadores de Cursos, Gerência Administrativa e Mantenedora  |

O processo de avaliação sistemática, realizado em 2014, nas reuniões da CPA, reformulou as perguntas dos questionários, se manteve fiel aos objetivos das perguntas antigas. Para tal, considerou as principais finalidades expressas pela IES em seus documentos institucionais, em especial, o art. 2.º do Regimento. Em 2013, houve a informatização do processo avaliativo e, em 2014, a sua continuidade e incremento.

A CPA elaborou o cronograma abaixo para realizar os diversos procedimentos previstos para o Projeto de Autoavaliação Institucional de 2014.

**QUADRO N.º 3 - CRONOGRAMA DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA FACULDADE DE  
DIREITO - 2014**

| ETAPA 2014   | Jan. | Fev. | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez |
|--|------|------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| Encaminhamento do relatório de 2013  |      |      |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |
| Reuniões da CPA (presenciais ou on-line)   |      |      |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |
| Definição e aprovação do plano de autoavaliação para o ano letivo                      |      |      |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |
| Definição da met. de divul. entre os envolvidos (prof. est. e func.)                   |      |      |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |
| Definição de estratégias e Metodologia de coleta e tratamento de dados                 |      |      |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |
| Sensibilização interna (cartazes, cartas e seminários, vídeos, etc)                    |      |      |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |
| Contato com a TI p/ disponibilização dos questionários                                 |      |      |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |
| Definição de eventuais grupos de trabalho para o desenvolvimento das atividades        |      |      |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |
| Revisão dos questionários de avaliação   |      |      |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |
| Definição dos formatos dos relatórios  |      |      |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |
| Aplicação do questionário da autoavaliação   |      |      |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |
| Impressão e sistematização dos resultados  |      |      |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |
| Análise e difusão interna preliminar dos resultados                                    |      |      |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |
| Redação preliminar dos Relatórios  |      |      |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |
| Encaminhamento interno do Relatório Final de 2014                                      |      |      |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |
| Divulgação do relatório à comunidade acadêmica e planejamento da novas ações/2014-2015 |      |      |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |
| Plano de Ação e propostas de ação 2015   |      |      |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |
| Avaliação crítica das atividades avaliativas   |      |      |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |

Fonte: PAI 2014.

**TERCEIRA PARTE:**  
**ENCAMINHAMENTOS E AVALIAÇÃO DOS EIXOS**

## 7 PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO

**QUADRO N.º 4 – PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS: EIXO I**

| EIXO 1   | PROGRAMA   | AÇÕES REALIZADAS   |
|--|--|--|
| <p><b>Planejamento e avaliação, especialmente dos processos, resultados e da eficácia da autoavaliação institucional</b></p> | <p>Programa de Avaliação Institucional - PAI</p> | <p>Autoavaliação institucional: docentes, discentes e corpo técnico.</p>               |
|  |  | <p>Reuniões da Comissão Própria de Avaliação - CPA.</p>                                |
|  |  | <p>Elaboração e desenvolvimento do Plano de Ação Anual da Faculdade, conforme PDI.</p> |

A Fundação Escola Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul, fundada em 1983, pela Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul, mantenedora da Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público, instituição de ensino superior, privada, sem fins lucrativos, foi criada para atender os requisitos necessários para a formação à carreira jurídica. A mantenedora é uma instituição que há mais de 30 anos vem contribuindo para o aprimoramento cultural e profissional dos integrantes das Carreiras Jurídicas, com a realização de ações de:

- a) promoção de seminários, congressos, simpósios, ciclos de estudos, conferências, palestras;
- b) apoio a projetos e atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- c) edição de publicações e realização de convênios, visando ao aperfeiçoamento cultural e funcional dos integrantes do Ministério Público e de outras instituições;
- d) manutenção e estímulo à realização de atividades acadêmicas e sociais que contribuam ao desenvolvimento da comunidade.

A Fundação Escola Superior no Ministério Público, na sua trajetória, passou por três principais fases:

- a) **a primeira**, quando, como instituição não educacional, oferecia Cursos de Extensão, em especial, Cursos Preparatórios às Carreiras Públicas; com o objetivo de ampliar seus serviços comunitários na área de formação jurídica, passou a ofertar cursos de Pós-Graduação *lato sensu*<sup>3</sup>;
- b) **a segunda** fase ocorreu quando a Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público foi credenciada, pela Portaria MEC n.º 3.640, de 17/10/2005, e autorizada a oferecer o Curso de Graduação em Direito, pela Portaria MEC n.º 846, de 4 de abril de 2006, publicada no DOU de 5/4/2006;
- c) **a terceira** fase constituiu-se pelos processos de reconhecimento do curso de Graduação em Direito e pelo credenciamento institucional. O reconhecimento do Bacharelado em Direito aconteceu pela Portaria SERES n.º 444, de 1.º de novembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 3.11.2011. O credenciamento da Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público ocorreu em 27.2.2013 pela Portaria MEC n.º 130, de 27 de fevereiro de 2013, publicada no DOU n.º 40, p.32, de 28 de fevereiro de 2013.

No ato de reconhecimento, a instituição obteve conceito máximo, nos termos do quadro que segue.

**QUADRO N.º 5 – CONCEITO OBTIDO PELA IES EM SEU RECONHECIMENTO**

| <b>Dimensão</b>                                     | <b>Conceito</b> |
|---|-----------------|
| <u>Dimensão 1 – Organização Didático-Pedagógica</u> | <u>5</u>        |
| <u>Dimensão 2 - Corpo Docente</u>                   | <u>5</u>        |
| Dimensão 3 - Instalações Físicas                    | 5               |
| <b>CONCEITO FINAL</b>                               | <b>5</b>        |

Fonte: Relatório de Reconhecimento e-MEC/nov. 2010

No processo de Renovação de Reconhecimento de Curso, cuja visita *in loco* ocorreu no período 14/12/2014 a 17/12/2014, a comissão de Avaliadores *ad-hoc* composta pelos membros Prof<sup>o</sup> Dr. Clovis Demarchi e Prof<sup>a</sup> Dra. Ines

<sup>3</sup> A autorização de oferta de Cursos de Pós-Graduação foi concedida pela Portaria MEC n.º 1.618, de 28 de outubro de 1999, publicada no DOU em 3/11/99.

Cabral Ururahy de Souza, atribuiu o conceito final 5 (CINCO), indicando um perfil EXCELENTE de qualidade.

**QUADRO N.º 6 – CONCEITO OBTIDO PELA IES NA RENOVAÇÃO DO RECONHECIMENTO**

| <b>Dimensão</b>                                     | <b>Conceito</b> |
|---|-----------------|
| <u>Dimensão 1 – Organização Didático-Pedagógica</u> | <u>4,4</u>      |
| <u>Dimensão 2 - Corpo Docente</u>                   | <u>4,7</u>      |
| Dimensão 3 - Instalações Físicas                    | 4,6             |
| <b>CONCEITO FINAL</b>                               | <b>5,0</b>      |

Fonte: Relatório de Reconhecimento e-MEC/jan. 2015

No processo de credenciamento (2010), a Comissão Avaliadora do INEP em seu relatório final encaminhado pelo MEC, com o julgamento final da avaliação, expressou:

Esta comissão, ao realizar as ações de avaliação da Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público – FMP, no Processo e-MEC de n.º 200813980, da avaliação de n.º 82617, composta pelos Membros Prof. Armindo José Longhi, Prof. Tadeu da Mata Medeiros Branco e Profª Maria Lúcia Accioly Teixeira Pinto; e levando em consideração cada uma das dez dimensões avaliadas e seus requisitos legais, todos integrantes deste relatório, e ao considerar, também, os referenciais de qualidade dispostos na legislação vigente, nas diretrizes da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES e neste instrumento de avaliação, atribuiu os seguintes conceitos por Dimensão. (Relatório de credenciamento nov./2010)

**QUADRO N.º 7 – CONCEITO OBTIDO PELA IES EM SEU RECRENCIAMENTO**

| <b>Dimensão</b>                          | <b>Conceito</b> |
|--|-----------------|
| Dimensão 1 - Missão e PDI                | 5               |
| Dimensão 2- Política para Ensino         | 5               |
| Dimensão 3 - Responsabilidade Social     | 4               |
| Dimensão 4 A comunicação com a sociedade | 3               |
| Dimensão 5 - Política de Pessoal         | 4               |
| Dimensão 6 - Organização e Gestão da IES | 4               |
| Dimensão 7 - Infraestrutura física       | 3               |
| Dimensão 8 - Planejamento e Avaliação    | 4               |
| Dimensão 9 - Atendimento ao Discente     | 3               |
| Dimensão 10 – Sustentabilidade           | 4               |

Fonte: Relatório de Recredenciamento e-MEC/nov. 2010



## 7.1 EVIDÊNCIAS QUANTO À DIMENSÃO PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO

O acompanhamento e a avaliação desta dimensão pautaram sua ação sobre os seguintes focos:

- a) A adequação e a efetividade do PDI com o correspondente Plano de Ação Anual da IES.
- b) As ações decorrentes do planejamento, acompanhamento e operacionalização do Plano de Ação Anual, do PPI e dos Projetos Pedagógicos do Curso de Graduação em Direito e dos Cursos de Pós-Graduação (PPCs).
- c) Os procedimentos de avaliação e acompanhamento do planejamento institucional, especialmente das atividades educativas.
- d) Análise das evidências do processo de autoavaliação, bem como o retorno e a divulgação dos resultados aos colaboradores, professores e estudantes.

A dimensão do Planejamento e Avaliação vem acentuando a cultura da IES para uma perspectiva de avaliação e autoavaliação. Atendendo ao PDI, referente ao item de implantação do Mestrado, uma comissão elaborou um projeto de Mestrado Acadêmico que foi encaminhado à apreciação do MEC.

Os membros da CPA, ao acessarem documentos e relatórios institucionais da IES, e por meio da consolidação dos relatórios de autoavaliação anteriores, apontaram potencialidades e fragilidades para a consideração da Direção da Faculdade. A partir do conhecimento destas e das metas previstas no PDI, constatou-se que o Plano de Ação Anual da IES buscou dar respostas mais expressivas a esses focos.

Os resultados e melhorias decorrentes da análise da autoavaliação da IES foram divulgados para a comunidade acadêmica em folder impresso e em vídeo gravado com o depoimento do Presidente da CPA e do Diretor da Faculdade. Além disso, constata-se a observância da divulgação do Relatório de Autoavaliação Institucional no site oficial da IES.

As avaliações das metas previstas no Plano Anual de Ação de 2014 permitiram buscar maiores evidências quanto à efetividade das ações, de suas respostas às demandas da autoavaliação e à projeção de novas ações para 2015.

## 7.2 CONSIDERAÇÕES

A discussão e o estudo das propostas identificadas nos documentos PPI, PDI, e PPC, assim como as reuniões da CPA contribuíram para uma maior consciência coletiva dos dados quantitativos e qualitativos da autoavaliação.

As decisões tomadas, a partir do conhecimento dos dados e dos relatórios de autoavaliação, convergiram, de forma positiva, para o atendimento das demandas decorrentes do processo de Avaliação Institucional.

### **Potencialidades:**

- a) Operacionalização e (re) avaliação do PDI com a definição de projetos, metas e responsáveis expressos no Plano de Ação Anual.
- b) Avaliação positiva dos novos membros da CPA pela Direção da IES.
- c) Ampliação da responsabilidade individual e coletiva dos membros da CPA no planejamento, desenvolvimento, avaliação e divulgação dos resultados da autoavaliação.

### **Fragilidades:**

- a) Efetivar o novo regulamento da Norma Técnica INEP/DAES/CONAES N° 65/2014.

## 8 DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

### QUADRO N.º 8 – PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS: EIXO II

| EIXO 2   | PROGRAMA  | AÇÕES REALIZADAS  |
|--|---|---|
| <b>A missão e o plano de desenvolvimento institucional</b>   | Estudo do PDI<br><br>Estudo da viabilidade da implantação do curso <i>stricto sensu</i> | Projeto de proposta de reformulação do PDI.   |
|  |   | Participação nas reuniões de gestão para o aperfeiçoamento das políticas institucionais e implementação de ações voltadas à melhoria institucional. |
|  |   | Constituição de Comissão de estudo da viabilidade da implantação do curso <i>stricto sensu</i> .  |
|  |   | Reuniões de Colegiado e de Coordenadores de área.   |
| <b>A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural</b> | PAJE, Pós-Graduação, Extensão, Convênios, FIES  | PAJE, Convênios com entidades assistenciais, atividades de Extensão, Pós-Graduação e FIES.  |
|  |   | Projeto Mediação Familiar.  |
|  | Projetos Sociais  | Programa de Valorização à Vida.   |
|  |   | Centro de Referência em Direitos Humanos  |

## 8.1 EVIDÊNCIAS QUANTO À DIMENSÃO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – PDI

Esta dimensão foi avaliada a partir da análise documental disponível na IES, especialmente a segunda edição do PDI – 2009/2014. Na análise, identificaram-se: a sequência e continuidade das ações previstas no Plano de Ação Anual, a coerência do PDI com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, a preocupação com a responsabilidade social e a promoção de direitos humanos e a busca pela qualidade acadêmica e administrativa.

É relevante mencionar o fortalecimento das instâncias decisórias da IES, havendo interação com os órgãos colegiados e os órgãos executivos na busca do aperfeiçoamento das políticas institucionais e da implementação de ações voltadas à melhoria do ensino. As políticas institucionais e a preocupação com a busca pela qualidade acadêmica e administrativa são priorizadas. Nesse sentido, a CPA constatou que ocorreram reuniões institucionais com o quadro funcional e com a Mantenedora, reuniões do Colegiado Superior, do Colegiado do Curso, do Núcleo Docente Estruturante e da Direção da Faculdade. Há na IES a compreensão da importância da Avaliação Institucional, entendendo-a como um dos instrumentos para orientação do desenvolvimento acadêmico de suas principais áreas – ensino, pesquisa, extensão, bem como em nível da gestão da faculdade.

Ainda em 2014, a IES realizou esforços para a manutenção de dados organizados e temporalmente hierarquizados pelos respectivos responsáveis, referentes:

- a) À Comissão de elaboração do projeto de Mestrado e seu encaminhamento para avaliação das instâncias colegiadas.
- b) Aos relatórios de atividades dos coordenadores de Pesquisa e de Extensão.
- c) À Secretaria-Geral e o acompanhamento de matrículas, rematrículas, trancamentos, transferências para outras instituições e evasões (a fim de subsidiar estudos e criação de projetos para redução do índice de evasões, melhorar o índice de captação de novos acadêmicos, especialmente os diplomados e os de transferência) e de novas matrículas para os Cursos da Pós-Graduação.

- d) À administração: estabelecimento de estratégias de concessão de bolsas, não interferindo negativamente na sustentabilidade do Curso de Graduação.
- e) À administração: viabilização e manutenção do índice de investimento.
- f) À CPA: acompanhamento do nível de participação de acadêmicos, dos docentes e dos colaboradores técnico-administrativos nos processos de autoavaliação institucional.

## 8.2 EVIDÊNCIAS QUANTO À DIMENSÃO RESPONSABILIDADE SOCIAL

Apoiada em sua Missão, a Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público desenvolve política de Responsabilidade Social, conforme abordado nos itens 1.3 do PDI e nas pesquisas e nos projetos de extensão que se encontram em andamento na instituição. Um reforço nesta abordagem se evidencia pelo Programa de Valorização à Vida, pelas ações do Núcleo de Práticas Jurídicas e pelo desenvolvimento de projetos de pesquisa e de extensão envolvendo populações vulneráveis e a promoção de direitos de cidadania. A FMP adota a concepção de Responsabilidade Social a ser por ela exercida em programas diversificados com suas respectivas atividades, dentre eles:

- a) Programa Acadêmico de Assessoria Jurídica Extrajudicial (PAJE-FMP)
  - é desenvolvido prioritariamente por meio de duas atividades específicas:
  - Assessoria Jurídica Gratuita: o atendimento é prestado na sede do Hospital Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre por estudantes selecionados e supervisionados pela coordenação do Núcleo de Práticas Jurídicas, constituindo-se como principal público-alvo os funcionários, seus respectivos familiares (assim compreendidos, seu cônjuge ou companheiro, bem como, os filhos dos colaboradores da Santa Casa).
  - Mediação Familiar: o projeto de mediação familiar envolve a atuação de estudantes e docentes, que prestam atendimento a casais em situação de conflitos relativos à Lei Maria da Penha.

- b) Centro de Referência em Direitos Humanos: com sede na FMP, o programa envolve o acolhimento e a orientação a pessoas vítimas de violências. O trabalho é realizado por estudantes e professores em parceria com a Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA).
- c) Grupos de extensão e pesquisa com ênfase no direito de cidadania, coordenados por professores da Faculdade e com a participação de estudantes da Faculdade, dentre eles destacam-se:
- Regularização fundiária: o projeto destina-se a acompanhar a atuação específica do Ministério Público em expedientes (inquéritos civis, peças de informação e ações civis públicas) de loteamentos irregulares e ocupações, oriundos das Promotorias de Justiça Especializadas do Ministério Público do Rio Grande do Sul, sob a orientação do Centro de Apoio Operacional da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias do Ministério Público e dos professores designados pela FMP.
  - Mulheres encarceradas e direito à saúde: o projeto objetiva conhecer a situação de saúde das mulheres privadas de liberdade no Rio Grande do Sul, a fim de construir diretrizes para a elaboração de uma linha de cuidado integral à saúde de mulheres inseridas no sistema prisional. O projeto tem apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (FAPERGS) e desenvolve-se em parceria com a Secretaria Estadual da Saúde por meio da Política de Atenção Básica à Saúde Integral da Pessoa Privada de Liberdade no Sistema Prisional.
- d) Programa de Valorização à Vida: está estruturado em quatro eixos: Atenção às Diversidades, Apoio à Pessoa com Deficiência, Meio Ambiente e Programa Doe Sangue. A segunda edição do Programa Doe Sangue (2014/1) ampliou o cadastro de estudantes e familiares doadores de sangue, a partir da parceria com o Hemocentro do Estado Rio Grande do Sul. A atividade foi antecedida de dois painéis sobre Mitos e Verdades sobre a Doação de Sangue e uma campanha institucional de duração de uma semana. Relativo ao apoio à pessoa com deficiência uma comissão foi formada com representantes docente, discente e de colaboradores. Esta comissão realizou uma oficina de sensibilização com docentes referente ao tema da

acessibilidade. Uma estudante com baixa visão integra a comissão e faz parte do grupo de monitoria do Laboratório de Ensino. Em 2014, acordou-se a vinculação de um projeto socioambiental à disciplina de Direito Ambiental, que integra a matriz curricular, em parceria com o Ministério Público Estadual e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

- e) **Semana Acadêmica:** esta atividade é desenvolvida pelo Centro Acadêmico e mobiliza estudantes da Graduação. A atuação do Centro Acadêmico Sophia Sturm (CASS) é independente da estrutura geral da IES. Entretanto, o seu diálogo com a direção e coordenação do curso é efetivo e permanente. Há também incentivo financeiro repassado pela IES ao CASS.
- f) **Acompanhamento de estudantes com dificuldades (sociais, psicológicas, econômicas)** em todo o ciclo de formação e egressos realizados pelo NAP.

Conforme exposto, a Faculdade conta com cinco parcerias com entidades, organizações governamentais e universidades públicas que atendem diretamente a responsabilidade social, sendo eles o:

- a) projeto de Mediação Familiar realizado com o Tribunal da Justiça;
- b) projeto de Pesquisa aprovado pelo Edital FAPERGS do Programa de Pesquisa para o Sistema Único de Saúde (FAPERGS/PPSUS), cuja temática envolve as mulheres encarceradas e o direito à saúde;
- c) centro de Referência em Direitos Humanos, realizado em parceria com Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSA);
- d) convênio de prestação jurídica gratuita com o Hospital Santa Casa; e
- e) programa Doe-Sangue, em parceria com o Hemocentro do Estado do RS.

O Projeto de Mediação Familiar realizado com o Tribunal da Justiça foi firmado em 2012, com o objetivo de prestação de atendimento, por intermédio de mediação, às partes litigantes hipossuficientes na Vara da Violência Doméstica do Foro Central da Comarca de Porto Alegre. O projeto é coordenado pela Professora Liane Thomé e envolve estudantes voluntários e matriculados na disciplina de Prática Jurídica V.

O projeto de pesquisa selecionado pelo Edital PPSUS-FAPERGS intitulado “A situação das mulheres privadas de liberdade e o apoio matricial em saúde mental às equipes de atenção básica inseridas no sistema prisional”, conta com o auxílio de uma bolsa de Iniciação Científica (FAPERGS). Iniciado em outubro de 2013, desenvolve-se em parceria com a Secretaria Estadual da Saúde e estudantes da Residência Multiprofissional em Saúde Mental Coletiva da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e da Escola de Saúde Pública, coordenado pela Professora Renata Dotta.

O Centro de Referência em Direitos Humanos foi organizado em parceria com o curso de Psicologia da UFCSPA. A sede do projeto está localizada na FMP por meio da cedência de espaço físico com uma sala de dois ambientes no 8º andar do prédio. O projeto que ocorreu durante o ano de 2014, envolveu dois professores e 12 estudantes bolsistas das áreas do Direito e da Psicologia, coordenado pela Professora Ana Carolina Costa e Fonseca.

Por fim, o convênio firmado com o Hospital Santa Casa de Misericórdia iniciou em dezembro de 2012. Em 2014, foi prestado o atendimento jurídico gratuito de funcionários com a participação de 13 estudantes da FMP, da Prática Jurídica V (Estágio Supervisionado).

Quanto à responsabilidade social na pós-graduação esta pode ser verificada em duas perspectivas. A primeira é a relacionada ao Curso de Especialização em Direito da Infância e Juventude. Esse curso, desde o seu início, foi se desenvolvendo em aproximação com os órgãos da rede de atendimento à Infância e Juventude, tais como Conselhos de Defesa de Direitos da Infância e Juventude. O Curso tem se colocado como uma opção natural para as pessoas que trabalham na área como perspectiva de ampliação de competências específicas. É preciso salientar que a área da Infância é sensível e necessita, sobretudo, de uma mudança cultural que anteceda a mudança social e o Curso de Especialização foi concebido com essa finalidade. A segunda perspectiva é relacionada à responsabilidade social, que pode ser vislumbrada na qualificação de quadros da administração pública. A pós-graduação tende a melhorar a efetividade das ações administrativas e uma melhor aplicação dos recursos públicos.

Em sua relação com a comunidade, e com o objetivo de promover o atendimento da demanda social por um ensino acessível de qualidade, a



Instituição possui planos de concessão de bolsas para entidades assistenciais, para acadêmicos com dificuldades econômicas e com entidades conveniadas.

Relativas às atividades de responsabilidade social são considerados seguintes critérios para a concessão de bolsas:

- a) Premiação.
- b) Apoio aos acadêmicos em situação de carência socioeconômica.
- c) Atendimento diferenciado aos diplomados.

As bolsas-premiação são aquelas que demonstram apreço pelos resultados de desempenho, que, sem dúvida, na grande maioria das vezes, se referem à elevação ou afirmação da autoestima do contemplado com o prêmio. Assim sendo, a Faculdade concedeu apoio com bolsa parcial para:

- a) Os 1.º e 2.º colocados do processo seletivo, desconto de 30% e 20%, respectivamente, nas mensalidades durante o primeiro semestre da do Curso de Direito - bacharelado.
- b) O melhor acadêmico concluinte do ensino médio, indicado pelos colégios conveniados com a IES, desconto de 50% nas mensalidades do primeiro semestre do curso.
- c) O melhor acadêmico concluinte da graduação recebe desconto de 50% nas mensalidades do curso Preparatório da FMP.

Os convênios firmados com diversas instituições públicas e associações concedem de 5% a 10% de desconto no curso de Direito-bacharelado aos seus membros, servidores e dependentes. Também concede aos funcionários desconto de 80% em qualquer curso – de Graduação ou de Pós-Graduação – ofertado pela Faculdade de Direito, totalizando 11 colaboradores contemplados com esse benefício em 2014. A concessão de bolsas, nas modalidades supra referidas, tem o caráter de Responsabilidade Social. As bolsas concedidas aos acadêmicos com carências financeiras podem ser traduzidas por aquelas bolsas que concederam desconto na ordem de 10 a 30% do valor nas mensalidades, o que viabilizou sua inclusão e permanência no meio universitário, a formação acadêmica desejada e, certamente, um diferenciado desempenho no futuro profissional. Em 2014, 60 estudantes receberam descontos desta modalidade (bolsa socioeducativa).

O Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, destinado a financiar a educação superior de estudantes, foi liberado para a FMP em 2012/2, com a concessão do auxílio para 15 estudantes. Em 2013, foi ampliado para 41 estudantes beneficiados pelo FIES. Em 2014, 34 estudantes foram beneficiados, destes 14 transferidos e 20 novos contratos.

Com a assessoria do NAP, houve a manutenção de um projeto para concessão de auxílio financeiro para estudantes com alta competência acadêmica, mas dificuldades socioeconômicas. No âmbito da assessoria psicopedagógica também se destacou o atendimento a estudantes com necessidades psicossociais, econômicas, familiares ou pessoais, totalizando 77 atendimentos desta modalidade realizados por esta equipe. Este espaço também usado pelos docentes, colaboradores e egressos que buscam aconselhamento e soluções em situações didáticas, pedagógicas, econômicas, pessoais ou familiares.

## 8.8 CONSIDERAÇÕES

Para o ano de 2015, a CPA reforça a necessidade de perpetuação da cultura da análise das informações, acompanhamento das atividades e (re) planejamento de ações, democratizando as decisões e os rumos da Faculdade, com vistas a:

- a) Construir e consolidar um padrão de relatório anual de desenvolvimento das atividades estratégicas de gestão da IES.
- b) Acompanhar o desenvolvimento da revisão do PDI e definir ajustes devidos.
- c) Zelar pela busca incessante da excelência do curso.
- d) Incrementar políticas de aperfeiçoamento e atendimento das dimensões do Ministério da Educação.

Foi considerado estratégico dar maior amplitude à divulgação das atividades de Extensão, possibilitando maior integração e participação da comunidade acadêmica.

A CPA observou resultados favoráveis no reajuste do foco do PAJE através da continuidade de programas de Mediação Familiar e Assessoria

Jurídica por meio de convênio com o Hospital Santa Casa de Misericórdia. Destaca-se o empenho das ações voltadas ao atendimento das necessidades da comunidade em geral como cursos de línguas, oficinas culturais, seminários e palestras oferecidas na FMP, em escolas públicas e particulares, bem como as ações de implantação do programa de financiamento para estudantes – FIES.

**Potencialidades:**

- a) As metas previstas no PDI vêm sendo desenvolvidas por meio do monitoramento e avaliação do Plano de Ação Anual.
- b) Ações e compromissos expressos no PDI em consonância com a Missão da IES e com as políticas de ensino, pesquisa e extensão.
- c) Sensibilização dos estudantes e do corpo docente sobre a importância da CPA para a IES.
- d) Continuidade e ampliação da parceria com o Hospital Santa Casa na prestação de assessoria jurídica gratuita.
- e) A parceria com o Hemocentro do Estado na Campanha de Doação de Sangue.
- f) O projeto de pesquisa desenvolvido com o apoio do Edital PPSUS/FAPERGS.
- g) O projeto de mediação familiar em parceria com o Tribunal de Justiça.
- h) A participação de docentes em programa de sensibilização a estudantes com baixa visão.
- i) A ampliação da atuação do PAJE com a implantação de escritório modelo.

**Fragilidades:**

- a) Prosseguir no estímulo à participação da comunidade acadêmica no âmbito das questões da avaliação institucional.

## 9 POLÍTICAS ACADÊMICAS

QUADRO N.º 9 – PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS: EIXO III

| EIXO 3   |                      | PROGRAMA  | AÇÕES REALIZADAS   |
|--|----------------------|---|--|
| <p><b>A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluindo procedimentos para estímulo à produção acadêmica, às bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades</b></p> | <p><b>ENSINO</b></p> | Revisão da avaliação da aprendizagem                | Reuniões com o Colegiado do Curso, para obtenção de avaliação de resultados e melhoria na avaliação da aprendizagem. |
|  |                      | Perfil da excelência: Curso de Graduação de Direito | Reuniões de estudos com o NDE e o Colegiado do Curso.  |
|  |                      |   | Revisão semestral dos Planos de Ensino.  |
|  |                      |   | <i>Tablets</i> - Projeto de implementação do ensino na inovação tecnológica com vídeo aulas.                         |
|  |                      | Perfil de excelência: Pós-Graduação                 | Continuidade do curso Advocacia Corporativa, aprovado pelo Colegiado Superior.                                       |
|  |                      | Programa de Apoio Pedagógico Institucional          | Laboratório de Ensino.   |
|  |                      | Monitoria   | Manutenção das atividades de monitoria no atendimento dos acadêmicos com dificuldades.                               |
|  |                      | Incremento à atividade docente                      | Formação continuada.   |

| EIXO 3  |                        | PROGRAMA   | AÇÕES REALIZADAS  |
|---|------------------------|--|---|
| <p>A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluindo procedimentos para estímulo à produção acadêmica, às bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades</p> | <p><b>PESQUISA</b></p> | <p>Qualificação da Pesquisa Acadêmica da Faculdade</p> | <p>Contemplação na participação dos resultados de pesquisas de Iniciação Científica e Salões de Iniciação Científica.</p> |
|   |                        |  | <p>Grupos de Pesquisa e Laboratório de Iniciação Científica.</p>  |
|   |                        |  | <p>4.º Salão de Iniciação Científica da FMP.</p>  |
| <p>A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluindo procedimentos para estímulo à produção acadêmica, às bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades</p> | <p><b>EXTENSÃO</b></p> | <p>Incremento às atividades de extensão</p>            | <p>Oficina Cinema e Direito.</p>  |
|   |                        |  | <p>Fronteiras Jurídicas.</p>  |
|   |                        |  | <p>Ciclo de Palestras: Carreiras Jurídicas.</p>   |
|   |                        |  | <p>Grupo de Estudos em Direito Urbanístico.</p>   |
|   |                        |  | <p>Literatura e Direito.</p>  |
|   |                        |  | <p>Programa Acadêmico de Assessoria Jurídica Extrajudicial (PAJE).</p>  |
|   |                        |  | <p>Programa de Valorização à Vida.</p>  |
|   |                        |  | <p>Curso de extensão em EAD</p>   |
|   |                        |  | <p>Curso de Atualização em Língua Portuguesa dirigido à área</p>  |

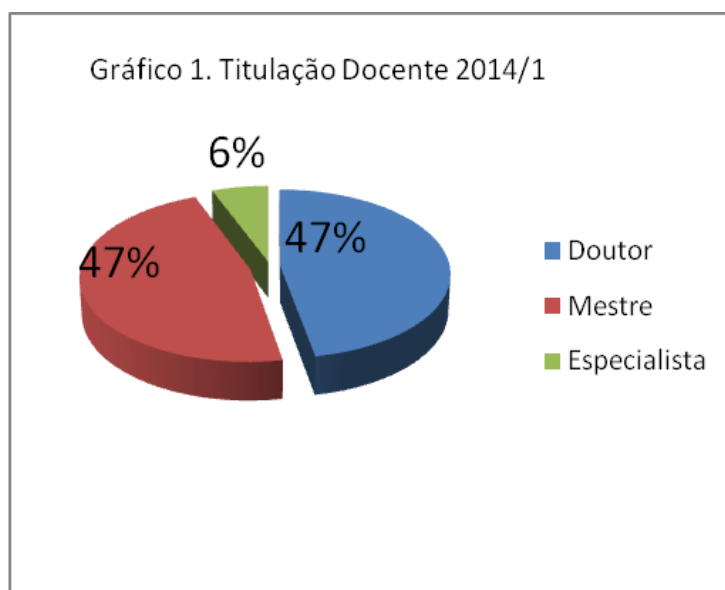
|  |   |  |  |
|--|---|--|--|
|  |   |  | jurídica.  |
|  |   |  | Curso de Oratória dirigido à área jurídica.  |
|  |   |  | Curso de mediação como instrumento de solução de conflitos familiares.                   |
| <b>Políticas de atendimento ao estudante e aos egressos</b>                                      | <b>PROGRAMAS DE ATENDIMENTO AO DISCENTE</b>   | Mobilidade Acadêmica e participação em encontros no exterior | Intercâmbio ROMA-TRE.  |
|  |   |  | Intercâmbio com Portugal.  |
|  |   |  | Concurso Washington College  |
|  |   |  | Curso intensivo de Bioética na Universidade de Yale                                      |
|  |   | Núcleo de Atendimento Psicopedagógico                        | Assessoria a professores e estudantes.   |
|  |   |  | Acolhimento dos calouros.<br><br>Monitoria e Laboratório de Ensino.                      |
| Programa de Acompanhamento de Egressos   | Descerramento da placa<br><br>Criação de canal de contato<br><br>Firmar parcerias para os eventos |  |  |
| <b>Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e a representatividade</b> |   | Feira de Profissões  | Incremento nas visitas, feiras e palestras em escolas do ensino médio, com a intenção de |

|   |   |   |  |
|---|---|---|--|
| <p>e dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.</p> | <p><b>COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE</b></p> |   | divulgar o curso de Direito e a instituição.   |
|   |   | <p>Comunicação social, acadêmica e de interesse científico.</p> | <p>Incremento na imagem pública da instituição nos meios de comunicação social, com a divulgação de atividades de extensão abertas à comunidade.</p> |
|   |   |   | <p>Incremento na rede social (Facebook, Twiter e Blog).</p>  |
|   |   |   | <p>Manutenção do site com a disponibilização de informações de interesse acadêmico, científico e cultural.</p>                                       |
|   |   |   | <p><i>Jornal</i> com redação de notícias acadêmicas.</p>   |
|   |   | <p>Ouvidoria</p>  | <p>Continuidade do projeto de qualificação da Ouvidoria.</p>   |

## 9.1 DOS DOCENTES

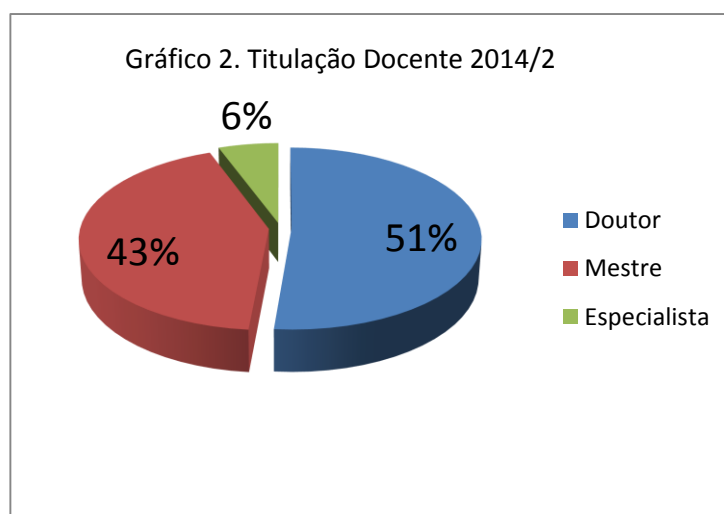
Em relação à titulação dos docentes que atuaram no Curso de Graduação no ano letivo de 2014, 94% apresentam a titulação de Pós-Graduação *stricto sensu*, conforme gráficos 1 e 2.

**GRÁFICO N.º 1 - TITULAÇÃO DOS DOCENTES QUE ATUARAM NA GRADUAÇÃO EM 2014/1**



Fonte: Secretaria Acadêmica, jan. 2015

**GRÁFICO N.º 2 - TITULAÇÃO DOS DOCENTES QUE ATUARAM NA GRADUAÇÃO EM 2014/2**



Fonte: Secretaria Acadêmica, jan. 2015



**QUADRO N.º 10 - DEMONSTRATIVO DO NÚMERO DE DOCENTES DA GRADUAÇÃO QUANTO À TITULAÇÃO (2011/2012/2013/2014 – 1.º E 2.º SEM.)**

| Titulações          | Ano de 2011 |           | Ano de 2012 |           | Ano de 2013 |           | Ano de 2014 |           |
|---------------------|-------------|-----------|-------------|-----------|-------------|-----------|-------------|-----------|
|                     | 1.º SEM.    | 2.º SEM.  | 1.º SEM.    | 2.º SEM.  | 1.º SEM.    | 2.º SEM.  | 1.º SEM.    | 2.º SEM.  |
| <b>Graduado</b>     | 0           | 0         | 0           | 0         | 0           | 0         | 0           | 0         |
| <b>Especialista</b> | 1           | 1         | 3           | 2         | 2           | 2         | 2           | 2         |
| <b>Mestre</b>       | 17          | 20        | 20          | 18        | 18          | 15        | 16          | 15        |
| <b>Doutor</b>       | 17          | 16        | 16          | 15        | 15          | 18        | 16          | 18        |
| <b>Total</b>        | <b>35</b>   | <b>37</b> | <b>39</b>   | <b>36</b> | <b>35</b>   | <b>35</b> | <b>34</b>   | <b>35</b> |

Fonte: Secretaria Acadêmica, jan. 2015

**QUADRO Nº 11 - DEMONSTRATIVO DO REGIME DE TRABALHO E TITULAÇÃO DOS DOCENTES DA GRADUAÇÃO (2010/2011/2012/2013/2014 – 1.º E 2.º SEM.)**

| TITULAÇÃO<br>DOCENTES<br>GRADUAÇÃO | DOS<br>DA | REGIME DE TRABALHO |        |               |        |         |        |
|------------------------------------|-----------|--------------------|--------|---------------|--------|---------|--------|
|                                    |           | Tempo integral     |        | Tempo parcial |        | Horista |        |
|                                    |           | 2010/1             | 2010/2 | 2010/1        | 2010/2 | 2010/1  | 2010/2 |
| <b>Doutores</b>                    |           | 3                  | 6      | 9             | 7      | 3       | 2      |
|                                    |           | 2011/1             | 2011/2 | 2011/1        | 2011/2 | 2011/1  | 2011/2 |
|                                    |           | 5                  | 6      | 8             | 3      | 4       | 7      |
|                                    |           | 2012/1             | 2012/2 | 2012/1        | 2012/2 | 2012/1  | 2012/2 |
|                                    |           | 4                  | 8      | 7             | 3      | 5       | 4      |
|                                    |           | 2013/1             | 2013/2 | 2013/1        | 2013/2 | 2013/1  | 2013/2 |
|                                    |           | 8                  | 11     | 4             | 5      | 3       | 2      |
|                                    |           | 2014/1             | 2014/2 | 2014/1        | 2014/2 | 2014/1  | 2014/2 |
|                                    | 9         | 13                 | 5      | 3             | 2      | 2       |        |
| <b>Mestres</b>                     |           | 2010/1             | 2010/2 | 2010/1        | 2010/2 | 2010/1  | 2010/2 |
|                                    |           | 7                  | 5      | 8             | 5      | 6       | 9      |
|                                    |           | 2011/1             | 2011/2 | 2011/1        | 2011/2 | 2011/1  | 2011/2 |
|                                    |           | 4                  | 3      | 5             | 6      | 8       | 11     |
|                                    |           | 2012/1             | 2012/2 | 2012/1        | 2012/2 | 2012/1  | 2012/2 |
|                                    |           | 5                  | 6      | 6             | 6      | 11      | 6      |
|                                    |           | 2013/1             | 2013/2 | 2013/1        | 2013/2 | 2013/1  | 2013/2 |
|                                    |           | 6                  | 4      | 8             | 8      | 4       | 3      |
|                                    | 2014/1    | 2014/2             | 2014/1 | 2014/2        | 2014/1 | 2014/2  |        |
|                                    | 5         | 7                  | 9      | 8             | 2      | 0       |        |
| <b>Especialista</b>                |           | 2010/1             | 2010/2 | 2010/1        | 2010/2 | 2010/1  | 2010/2 |
|                                    |           | 0                  | 0      | 0             | 0      | 0       | 2      |
|                                    |           | 2011/1             | 2011/2 | 2011/1        | 2011/2 | 2011/1  | 2011/2 |
|                                    |           | 0                  | 0      | 0             | 0      | 1       | 1      |
|                                    |           | 2012/1             | 2012/2 | 2012/1        | 2012/2 | 2012/1  | 2012/2 |
|                                    |           | 0                  | 0      | 1             | 1      | 2       | 1      |
|                                    |           | 2013/1             | 2013/2 | 2013/1        | 2013/2 | 2013/1  | 2013/2 |
|                                    |           | 0                  | 0      | 1             | 1      | 1       | 1      |
|                                    | 2014/1    | 2014/2             | 2014/1 | 2014/2        | 2014/1 | 2014/2  |        |
|                                    | 0         | 0                  | 1      | 1             | 1      | 1       |        |
| <b>Total</b>                       |           | 2010/1             | 2010/2 | 2010/1        | 2010/2 | 2010/1  | 2010/2 |
|                                    |           | 10                 | 11     | 17            | 12     | 9       | 13     |

|  |               |               |               |               |               |               |
|--|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
|  | <b>2011/1</b> | <b>2011/2</b> | <b>2011/1</b> | <b>2011/2</b> | <b>2011/1</b> | <b>2011/2</b> |
|  | 9             | 9             | 13            | 9             | 16            | 19            |
|  | <b>2012/1</b> | <b>2012/2</b> | <b>2012/1</b> | <b>2012/2</b> | <b>2012/1</b> | <b>2012/2</b> |
|  | 9             | 14            | 14            | 10            | 16            | 12            |
|  | <b>2013/1</b> | <b>2013/2</b> | <b>2013/1</b> | <b>2013/2</b> | <b>2013/1</b> | <b>2013/2</b> |
|  | 14            | 15            | 13            | 14            | 8             | 6             |
|  | <b>2014/1</b> | <b>2014/2</b> | <b>2014/1</b> | <b>2014/2</b> | <b>2014/1</b> | <b>2014/2</b> |
|  | 14            | 19            | 15            | 13            | 5             | 3             |

Fonte: Secretaria Acadêmica, jan. 2015.

A Comissão Própria de Avaliação vem observando o esforço da Direção da Faculdade e da Coordenação do Curso, no que se refere à alteração do regime de trabalho dos docentes, na busca da melhoria qualitativa de desempenho e da disponibilidade à docência.

No semestre 2014/1, a Faculdade contava com o quadro de 34 docentes, sendo 14 professores contratados em Regime de Tempo Integral, 15 professores contratados em Regime de Tempo Parcial e 5 professores horistas. No segundo semestre de 2014, 35 docentes compuseram o corpo do curso de Direto da Faculdade, 19 contratados em Regime de Tempo Integral, 13 em Regime de Tempo Parcial e 3 horistas. Segue, abaixo, gráficos demonstrativos referentes ao regime de trabalho docente em 2014:

Gráfico 3. Regime de Trabalho Docente 2014/1

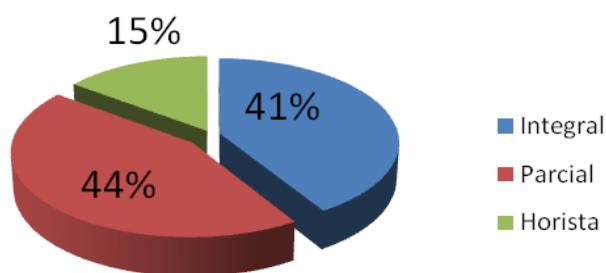
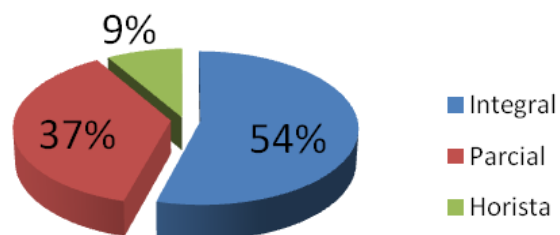


Gráfico 4. Regime de Trabalho Docente 2014/2



Fonte: Secretaria Acadêmica, jan. 2015

**QUADRO N.º 12 – DEMONSTRATIVO DO NÚMERO DE DOCENTES DA PÓS-GRADUAÇÃO  
ENTRE 2014**

| TITULAÇÃO DOS DOCENTES DA<br>PÓS-GRADUAÇÃO | ANO DE 2014 |            |
|--|-------------|------------|
|  | N           | %          |
| Doutores                                   | 21          | 38         |
| Mestres                                    | 28          | 51         |
| Especialistas                              | 6           | 11         |
| <b>Total</b>                               | <b>55</b>   | <b>100</b> |

Fonte: Secretaria Acadêmica, jan. 2015

Evidencia-se pelos dados que 87% dos docentes que atuam na Pós-Graduação, são mestres ou doutores e que estes atuam tanto na Graduação como na Pós-Graduação.

## 9.2 EVIDÊNCIAS QUANTO À DIMENSÃO ENSINO (GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO), PESQUISA E EXTENSÃO

A Avaliação Institucional, por sua já legitimada relevância junto à vida acadêmica, analisa as informações do processo avaliativo com o Plano de Ação Anual e o Plano de Desenvolvimento Institucional. No PDI (2008-2014), dentre as ações propostas no objetivo estratégico, identifica-se “expandir e qualificar o ensino, a pesquisa e a extensão”. As informações produzidas neste processo revelam e orientam a tomada de decisão quanto:

- a) À melhoria da qualidade do ensino, pesquisa e extensão, envolvendo tanto professores da Graduação como da Pós-Graduação.
- b) Ao aprimoramento dos processos de ensino-aprendizagem, da pesquisa e da extensão.
- c) À observância dos processos de avaliação da aprendizagem, na busca da implementação em número e qualidade dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação.

Neste ciclo avaliativo, o ensino foi avaliado de forma global pelos discentes no primeiro semestre, deixando a autoavaliação de docentes e de colaboradores para o segundo semestre. Os graus médios de satisfação dos acadêmicos estão expressos no Quadro n.º 9:

Também foram foco do processo de autoavaliação institucional a:

- a) Avaliação do docente pelo acadêmico por disciplina.
- b) Autoavaliação do docente.
- c) Autoavaliação do acadêmico.
- d) Avaliação da infraestrutura pela comunidade acadêmica.

**QUADRO N.º 13 – GRAU MÉDIO DE SATISFAÇÃO - 2011 A 2014<sup>4</sup>**

| <b>SEMESTRES</b>  | <b>Grau médio de satisfação 2011</b> | <b>Grau médio de satisfação 2012</b> | <b>Grau médio de satisfação 2013</b> | <b>Grau médio de satisfação 2014</b> |
|---|--------------------------------------|--------------------------------------|--------------------------------------|--------------------------------------|
| <b>1.º semestre</b>   |                                      |                                      |                                      |                                      |
| Grau médio de satisfação dos acadêmicos do 1.º semestre diurno  | 3,8                                  | 4,2                                  | 3,7                                  | 4,2                                  |
| Grau médio de satisfação dos acadêmicos do 1.º semestre noturno | 4,1                                  | 4,3                                  | 4,1                                  | 4,5                                  |
| <b>Grau médio de satisfação dos acadêmicos do 1.º semestre</b>  | <b>3,9</b>                           | <b>4,2</b>                           | <b>3,9</b>                           | <b>4,3</b>                           |
| <b>2.º semestre</b>   |                                      |                                      |                                      |                                      |
| Grau médio de satisfação dos acadêmicos do 2.º semestre diurno  | 4,3                                  | 4,3                                  | 4,3                                  | 4,3                                  |
| Grau médio de satisfação dos acadêmicos do 2.º semestre noturno | 4,3                                  | 4,0                                  | 4,2                                  | 4,1                                  |
| <b>Grau médio de satisfação dos acadêmicos do 2.º semestre</b>  | <b>4,3</b>                           | <b>4,1</b>                           | <b>4,2</b>                           | <b>4,2</b>                           |
| <b>3.º semestre</b>   |                                      |                                      |                                      |                                      |
| Grau médio de satisfação dos acadêmicos do 3.º semestre diurno  | 4,2                                  | 4,0                                  | 4,1                                  | 4,1                                  |
| Grau médio de satisfação dos acadêmicos do 3.º semestre noturno | 4,3                                  | 4,1                                  | 4,2                                  | 3,9                                  |
| <b>Grau médio de satisfação dos acadêmicos do 3.º semestre</b>  | <b>4,2</b>                           | <b>4,0</b>                           | <b>4,1</b>                           | <b>4,0</b>                           |
| <b>4.º semestre</b>   |                                      |                                      |                                      |                                      |
| Grau médio de satisfação dos acadêmicos do 4.º semestre diurno  | 4,1                                  | 4,3                                  | 4,1                                  | 4,4                                  |

<sup>4</sup> O parâmetro da avaliação tem como referência o grau máximo de 5,0.

|   |            |            |            |            |
|---|------------|------------|------------|------------|
| Grau médio de satisfação dos acadêmicos do 4.º semestre noturno | 4,2        | 4,3        | 4,3        | 4,2        |
| <b>Grau médio de satisfação dos acadêmicos do 4.º semestre</b>  | <b>4,1</b> | <b>4,3</b> | <b>4,2</b> | <b>4,3</b> |
| <b>5.º semestre</b>   |            |            |            |            |
| Grau médio de satisfação dos acadêmicos do 5.º semestre diurno  | 4,0        | 4,0        | 4,1        | 3,9        |
| Grau médio de satisfação dos acadêmicos do 5.º semestre noturno | 4,1        | 4,5        | 3,8        | 4,1        |
| <b>Grau médio de satisfação dos acadêmicos do 5.º semestre</b>  | <b>4,1</b> | <b>4,2</b> | <b>3,9</b> | <b>4,0</b> |
| <b>6.º semestre</b>   |            |            |            |            |
| Grau médio de satisfação dos acadêmicos do 6.º semestre diurno  | 4,5        | 3,9        | 4,2        | 4,2        |
| Grau médio de satisfação dos acadêmicos do 6.º semestre noturno | 4,4        | 4,4        | 4,6        | 4,6        |
| <b>Grau médio de satisfação dos acadêmicos do 6.º semestre</b>  | <b>4,5</b> | <b>4,1</b> | <b>4,4</b> | <b>4,4</b> |
| <b>7.º semestre</b>   |            |            |            |            |
| Grau médio de satisfação dos acadêmicos do 7.º semestre diurno  | 4,4        | 3,7        | 3,7        | 4,0        |
| Grau médio de satisfação dos acadêmicos do 7.º semestre noturno | 4,4        | 4,1        | 4,4        | 3,8        |
| <b>Grau médio de satisfação dos acadêmicos do 7.º semestre</b>  | <b>4,4</b> | <b>3,9</b> | <b>4,0</b> | <b>3,9</b> |
| <b>8.º semestre</b>   |            |            |            |            |
| Grau médio de satisfação dos acadêmicos do 8.º semestre diurno  | 4,2        | 4,0        | 4,1        | 4,2        |
| Grau médio de satisfação dos acadêmicos do 8.º semestre noturno | 3,9        | 4,2        | 4,0        | 4,5        |
| <b>Grau médio de satisfação dos acadêmicos do 8.º semestre</b>  | <b>4,0</b> | <b>4,1</b> | <b>4,0</b> | <b>4,3</b> |
| <b>9.º semestre</b>   |            |            |            |            |

|  |            |            |            |            |
|--|------------|------------|------------|------------|
| Grau médio de satisfação dos acadêmicos do 9.º semestre diurno                                 | 4,0        | 4,4        | 3,8        | 3,7        |
| Grau médio de satisfação dos acadêmicos do 9.º semestre noturno                                | 3,9        | 3,9        | 3,9        | 3,8        |
| <b>Grau médio de satisfação dos acadêmicos do 9.º semestre</b>                                 | <b>3,9</b> | <b>4,1</b> | <b>3,8</b> | <b>3,7</b> |
| <b>10.º semestre</b>   |            |            |            |            |
| Grau médio de satisfação dos acadêmicos do 10.º semestre diurno                                | 4,0        | 3,4        | 4,5        | 4,1        |
| Grau médio de satisfação dos acadêmicos do 10.º semestre noturno                               | 4,1        | 4,2        | 4,6        | 4,1        |
| <b>Grau médio de satisfação dos acadêmicos do 10.º semestre</b>                                | <b>4,0</b> | <b>3,8</b> | <b>4,5</b> | <b>4,1</b> |
| <b>Grau médio de satisfação da totalidade de acadêmicos respondentes de todos os semestres</b> | <b>4,1</b> | <b>4,0</b> | <b>4,1</b> | <b>4,1</b> |

Fonte: Relatório CPA, jan. 2015

### 9.3 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS QUE ADQUIRIRAM VISIBILIDADE NO ENSINO, NA PESQUISA E NA EXTENSÃO

As atividades desenvolvidas e acompanhadas, referentes ao ensino, evidenciaram o cumprimento do estabelecido no Plano de Ação Anual.

O estudo das alterações da matriz curricular foi debatido pelo NDE e aprovado pelo Colegiado de Curso e Colegiado Superior, durante o ano de 2014, quanto à:

- a) Continuidade na implantação da nova organização da matriz curricular, do ementário e da seriação das disciplinas, que contaram com as seguintes alterações:
  - Oferta da disciplina de Teoria da Argumentação Jurídica no segundo semestre do curso (2013/1).
  - Oferta da disciplina de Hermenêutica Jurídica no primeiro semestre do curso (2013/1).
  - Oferta da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso 1 (TCC 1) no oitavo semestre do curso (2012/2).

- Oferta da disciplina de TCC 2 no nono semestre do curso (2012/2).

b) Incremento de novas parcerias para realização de estágios. As parcerias realizadas para oportunizar estágios obrigatórios e não obrigatórios foram:

**QUADRO N.º 14 - AMPLIAÇÃO DAS PARCERIAS COM INSTITUIÇÕES CONVENIADAS EM 2012 A 2014**

| <b>Instituições / 2012</b>   |
|--|
| Assembleia Legislativa   |
| ATD Engenharia e Construções Ltda.                                       |
| Banestágio - Banco Nacional de Estágios                                  |
| Bencke & Sirangelo Advocacia e Consultoria                               |
| Bento e Feijó - Advogados e Consultores Associados                       |
| Brucke Comércio Cabeamento Conectividade Ltda.                           |
| Captar & Capacitar Consultoria em Capital Humano Ltda.                   |
| Celina Rosane Teixeira de Pauli  |
| Conselho Regional de Enfermagem do Estado do RS - COREN/RS               |
| De Rosa Siqueira, Almeida, Barros Barreto e Advogados Associados         |
| Escritório Jorge Rojas e Advogados Associados                            |
| Edson Pereira Neves Advogados e Consultores S/S                          |
| Agente Integrador Ser Sul Editora e Assessoria Pedagógica - Estágios POA |
| Faganello e Japur Advogados  |
| Franco Advogados   |
| Freitas e Advogados Associados   |
| Fundação Ulbra – FULBRA  |
| Magadan & Maltz Advogados Associados                                     |
| Meister, Menke e Marder Advogados Associados                             |
| Ministério Público do Trabalho da 4.ª Região                             |
| Müller & Garcia Advogadas Associadas S/S                                 |
| Notabili Estágios e Recursos Humanos Ltda.                               |
| P. Mais Assessoria e Consultoria em Recursos Humanos Ltda.               |
| Prefeitura Municipal de Porto Alegre – PMPA                              |
| STARTRH Seleção de Pessoas   |
| Vieira Flores Advogados e Consultores Associados S/S                     |
| <b>Instituições / 2013</b>   |
| Agência de Talentos do Sul Ltda  |
| Andrade Maia Advogados S/S   |
| Assembléia Legislativa   |
| ATD Engenharia e Construções Ltda  |
| Banestágio Banco Nacional de Estágios                                    |
| Belló Advocacia Assessoria Trabalhista                                   |
| Bento e Feijó - Advogados e Consultores Associados                       |
| Bratz Mercantil  |
| Brucke Comercio Cabeamento Conectividade LTDA                            |
| Buchabqui e Pinheiro Machado Advogados Associados                        |
| C&C -Plataforma de RH  |

|  |
|--|
| Caletti, Chedidi, Cruz e Wunderlich Advogados Associados S/S     |
| Câmara Municipal de Vereadores de POA                            |
| Celina Rosane Teixeira de Pauli                                  |
| Conselho Regional de Enfermagem do Estado do RS - COREN/RS       |
| Conselho Regional de Química da 5ª Região                        |
| Danielle Caberlon Geissler                                       |
| De Rosa Siqueira, Almeida, Barros Barreto e Advogados Associados |
| Edson Pereira Neves Advogados e Consultores S/S                  |
| Escritório da Broi e Oliveira Advogados                          |
| Escritório de Advocacia Rosimeri Kulmann                         |
| Escritório Jorge Rojas e Advogados Associados                    |
| Escritório Luzardo & Mendes Advogados                            |
| Estágios POA   |
| Faganello e Japur Advogados                                      |
| Franco Advogados   |
| Freitas e Advogados Associados                                   |
| Fundação Ulbra – FULBRA  |
| Futura   |
| IEL  |
| LC & RS Consultoria imobiliária                                  |
| Leila Osório Teixeira de Almeida                                 |
| Magadan & Maltz Advogados Associados                             |
| Meister, Menke e Marder Advogados Associados                     |
| Ministério Público do Trabalho da 4ª Região                      |
| MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR                                       |
| Müller & Garcia Advogadas Associadas S/S                         |
| Nelson Paschoalotto Advogados Associados                         |
| Notabili Estágios e Recursos Humanos LTDA                        |
| P. Mais Assessoria e Consultoria Recursos Humanos Ltda           |
| Palma Administração e participações LTDA                         |
| Petrobras Distribuidora S/A                                      |
| Prefeitura Municipal de POA – PMPA                               |
| Preis E Advogados Associados                                     |
| Rothfuchs Advogados Associados                                   |
| Silvia Berthold Advogados  |
| STARTRH  |
| Stroeher Preis & Cajal Negócios Jurídicos                        |
| Tribunal Regional Federal - 4ª região                            |
| Vieira Flores Advogados e Consultores Associados S/S             |
| Weck Ghashester  |
| <b>Instituições / 2014</b>                                       |
| Agiel - agência de integração empresa escola                     |
| Banestágio Banco Nacional de Estágios                            |
| Bothomé Advogados  |
| Comissão de Exame da Ordem OAB                                   |
| Escritório Calvete e Torino Advogados                            |
| Escritório Muller e Moreira Advocacia                            |
| Estágio Sul  |
| FDRH   |
| Freitas e Borges Advogados Associados                            |
| Lindenmeyer Munoz & Munimis Advogados Associados                 |



|  |
|--|
| Neli teresinha dos santos                  |
| Rafael Pandolfo Advogados Associados       |
| Selfi Talent Gestão de Pessoas Ltda. Me    |
| Silva, Nascimento e Advogados Associados   |
| Silveira, Martins e Hubner Advogados       |
| Sistema de Estágios Inteligentes - SEIBRAS |
| Stefani Advogados Associados               |
| Super estágios                             |
| Teixeira Ribeiro Advogados                 |
| Terceiro Tabelionato de Protestos          |
| Turk & Muller Advocacia e consultoria      |

Fonte: Assessoria Acadêmica, jan. 2015

Nos aspectos gerais relacionados às políticas de ensino, impende destacar que a FMP, a partir dos resultados da avaliação institucional, previu a importância de dar continuidade à formação de professores. Uma das ferramentas desenvolvidas foi a composição de um grupo de estudos para a discussão do Projeto Político Pedagógico do Curso. A segunda atividade foi a composição de um grupo de trabalho para o aprofundamento de tecnologias de informação e da implantação da plataforma Moodle, como recurso para a oferta de atividades em Educação à Distância. As demais atividades da Formação Continuada dos Docentes ocorrem também nas reuniões de Colegiado de Curso. Durante 2014, a ênfase da avaliação da aprendizagem e do desenvolvimento de habilidades foi norteadas pelas discussões e oficinas realizadas com o corpo docente.

Ao longo de 2014, observou-se o trabalho dos membros do NDE e do Colegiado de Curso no acompanhamento das mudanças resultantes da revisão da matriz curricular do curso. O permanente processo de avaliação destacado acima, baseado na reflexão-planejamento-ação pode representar a preocupação buscada pela instituição com a qualidade do ensino.

### 9.3.1 Programa de Pós-Graduação

A política que a Faculdade tem adotado para o Programa de Pós-Graduação não difere, substancialmente, da política do Curso de Graduação. Com efeito, o foco da Pós-Graduação tem sido o Direito Público, ramo do Direito mais afeto às carreiras de Estado. Com isso, tem sido feito um trabalho, em nível de divulgação, com os órgãos de administração direta e indireta estadual, municipal e federal. A Faculdade se coloca, assim, com seus cursos

de Pós-Graduação, como opção natural para qualificar a ação administrativa, correspondendo ao incremento que se tem sentido na importância da capacitação da área pública. Há uma preocupação em reorganizar, para acompanhar as tendências pedagógicas, os cursos de Pós-Graduação de forma modular. O quadro a seguir apresenta, em síntese, as atividades da Pós-Graduação no desenvolvimento dos Cursos de Especialização.

**QUADRO N.º 15 - DEMONSTRATIVO DAS PROPOSTAS OFERTADAS NOS CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO EM 2014**

|                  |   |
|------------------|---|
| <b>Curso:</b>    | <b>Gestão Pública</b> – 29 inscritos (Coordenador: Luiz Fernando Calil de Freitas)  |
| <b>Objetivo:</b> | Oportunizar uma visão focada em saberes jurídicos e de gestão para quem exerce função pública ou atua na iniciativa privada, mas se relaciona ou pretende se relacionar com a área pública, em uma perspectiva transdisciplinar.  |
| <b>Curso:</b>    | <b>Penal e Processual Penal</b> – 25 inscritos (Coordenador: Bruno Heringer Junior)   |
| <b>Objetivo:</b> | Propiciar aos estudantes um espaço de debate amplo e aberto relativamente às questões penais e processuais penais.  |
| <b>Curso:</b>    | <b>Urbano e Ambiental</b> – 50 inscritos (Coordenadora: Betânia Alfonsin)   |
| <b>Objetivo:</b> | Analisar os princípios e instrumentos do Direito Urbanístico e do Direito Ambiental aplicáveis à gestão pública, de modo a permitir a compreensão da competência e da responsabilidade do Município pela implantação de políticas públicas que possam garantir o desenvolvimento sustentável no meio ambiente urbano. |
| <b>Curso:</b>    | <b>Direito Público</b> – 7ª edição – 30 inscritos; 8ª edição – 18 inscritos; 9ª edição – 31 inscritos (Coordenador: Luiz Fernando Calil de Freitas)   |
| <b>Objetivo:</b> | Capacitar os diversos operadores do Direito, dotando-lhes de conhecimentos técnicos, acadêmicos, legal, jurisprudencial e doutrinário de matérias relevantes ao desenvolvimento de suas atividades vinculadas ao tema.  |
| <b>Curso:</b>    | <b>Direitos da Criança e do Adolescente</b> – 15 inscritos (Coordenador: Afonso Armando Konzen)   |
| <b>Objetivo:</b> | Estimular a pesquisa científica na área da infância e da juventude. Auxiliar na aproximação e na integração pessoal e operacional dos profissionais com atuação na área da infância e da juventude.   |

### 9.3.2 Projetos de Extensão

A CPA constatou a realização de um grande número de atividades e diferentes projetos de Extensão, tais como: Fronteiras Jurídicas, Grupos de Pesquisa e Extensão em Direito Urbanístico, Jornadas Interdisciplinares, Projeto Cinema e Direito, Projeto Literatura e Direito, Ciclo de Palestras: Carreiras Jurídicas, Prata da Casa, Programa de Valorização à Vida, o Projeto Revisando Direito, Projeto Mediação Familiar na Vara de Violência Doméstica e o Centro de Referência em Direitos Humanos. Todos os projetos evidenciam amplo caráter de inclusão, conexão com as demandas sociais, relacionamento com a comunidade e assuntos de relevância para a formação discente e sua preparação para o ingresso no mercado de trabalho.

Também foram realizados cursos e atividades de extensão com as seguintes temáticas: Curso de Medicina Legal, Revisando e aprendendo português, Curso em Língua Portuguesa dirigido à área jurídica, Curso de Dicção e Oratória dirigido à área jurídica, Mediação como Instrumento de Solução de Conflitos Familiares.

### 9.3.3 Fronteiras Jurídicas e Jornadas Interdisciplinares

No projeto foram debatidos temas desafiadores e não adequadamente regulados pelo ordenamento jurídico.

Em 2014, foram desenvolvidos 5 painéis com os temas: Os 50 anos do Golpe de 64 e a Justiça de Transição: para que nunca mais aconteça, Justiça Restaurativa: o que devemos desaprender?, A dignidade da pessoa humana como limite ao exercício de direitos fundamentais, Depois da Copa do Mundo: O controle da Administração Pública pelo Tribunal de Contas do estado do Rio Grande do Sul, O conflito israeli-palestino na perspectiva do Direito Internacional dos direitos humanos.

As atividades do projeto Jornadas Interdisciplinares discutiram a temática dos Direitos Humanos, conforme segue: Feminismo, Democracia e Direitos Humanos, Reflexões sobre a lei da palmada, Negritude e Direitos Humanos, Desafios jurídicos, culturais e políticos para o combate ao racismo no Brasil.

A avaliação e os debates realizados foram avaliados de forma positiva, com a participação efetiva dos acadêmicos e egressos, contribuindo para a formação geral no âmbito dos direitos fundamentais e da ordem democrática do Estado brasileiro.

#### 9.3.4 Projeto Cinema e Direito

Em parceria com a Associação de Críticos de Cinema do RS e outros profissionais, este projeto promoveu a discussão sobre temas que envolvem o Direito e suas formas de influência na sociedade, por meio da exibição de filmes e posterior debate. Ao trazer para a discussão um crítico de cinema, o projeto se diferencia dos demais, uma vez que o filme também é analisado sob a ótica da linguagem cinematográfica.

A atividade proposta possibilita a ampliação do conhecimento ético, jurídico e filosófico dos participantes. Foram objeto de discussão os seguintes filmes: “Confiar”, “Os advogados contra a Ditadura: por uma questão de justiça” e “Militares da Democracia”.

#### 9.3.5 Projeto Literatura e Direito

O Projeto Literatura e Direito tem o objetivo de promover a discussão sobre temas que envolvem o Direito e suas diversas formas de influência na sociedade, por meio do debate a respeito de textos clássicos que abordam, de modo literário, questões pertinentes ao saber jurídico.

#### 9.3.6 PAJE – Programa Acadêmico de Assessoria Jurídica Extrajudicial

O PAJE tem por ponto de partida a constatação das deficiências dos entes estatais em prover o acesso à cidadania ativa, bem como a corresponsabilidade dos entes privados e da sociedade, buscando a inclusão social e a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, e desta forma reduzir as desigualdades sociais não atendidas pelo Estado. Tal desafio exige um compromisso que envolve as instituições privadas de ensino superior, como

é o caso da Faculdade, originária dos ideais do Ministério Público, agente dotado de perfil constitucional voltado para a transformação social.

Nesse contexto, o PAJE, em nível de extensão universitária, viabilizou, por intermédio de assessoramento e de outras práticas de esclarecimento e conscientização, o acesso e a proteção extrajudicial dos direitos humanos e fundamentais de pessoas, institucionalizadas ou não, hipossuficientes e/ou portadoras de necessidades especiais, facilitando a inclusão social e o exercício da cidadania ativa, atividades que iniciaram em maio de 2009.

Durante 2014, o Núcleo de Prática Jurídica desenvolveu as atividades de organização, planejamento e auxílio das atividades obrigatórias e não obrigatórias com a colaboração da Coordenação e professores responsáveis pelas disciplinas, de acordo com a matriz curricular.

Na atividade de assessoria jurídica extrajudicial desenvolvida junto à Santa Casa de Misericórdia, 9 alunos participaram do atendimento extrajudicial em 2014/1, com a realização de 44 atendimentos. Em 2014/2, 13 alunos compuseram o grupo de assessoria, realizando 52 atendimentos. A assessoria jurídica é prestada nas especialidades do Direito de Família, Direito Empresarial, Direito do Consumidor, Acidentes de Trânsito, Locações e Juizado especial civil e criminal. Projeta-se para o ano de 2015, a realização de prestação jurisdicional com a implantação do Escritório Modelo FMP em parceria com a Santa Casa de Misericórdia. Esta assessoria jurídica corresponderá aos préstimos de serviços jurídicos, em sede de representação processual no ajuizamento de ações, oferecimento de defesa e de acompanhamento de processos judiciais à comunidade carente, sem a cobrança de custas processuais e honorários advocatícios, a partir dos critérios para a concessão da Assistência Jurídica Gratuita. As atividades correspondem à elaboração de peças processuais, participação em audiências e acompanhamento do trâmite processual fundamentais ao aprimoramento do aprendizado e da relação teórico-prática do estudante de Direito. Com a implantação do Escritório Modelo, a Faculdade estará contribuindo ainda mais para o exercício da Cidadania.

### 9.3.7 Projeto Ciclo de Palestras: Carreiras Jurídicas

O projeto visa a estimular a troca de conhecimentos, a reflexão e o debate sobre as Carreiras Jurídicas, oportunizando a aproximação entre a teoria e a prática jurídica no mundo contemporâneo.

O ciclo de palestras engloba a realização de, no mínimo, quatro eventos semestrais, constituídos de mesas-redondas/painéis, sucedidos por debates, em que o integrante da mesa dispõe de 45 minutos para expor suas percepções e relatar sua experiência jurídica. O ciclo se desenvolve nos meses de março a junho e de agosto a novembro.

Desde 2010/2, o ciclo desenvolveu mais de trinta painéis. Em 2014, foram desenvolvidos 8 painéis, envolvendo o debate sobre A Carreira da Magistratura no RS, Preparação à Carreira de Magistratura do Trabalho, A Carreira Jurídica na Advocacia Geral da União, Carreira Jurídica na Defensoria Pública da União, Carreira do Advogado Criminalista, Carreira Jurídica na Promoção de Políticas de Igualdade de Gênero e Carreira Jurídica na Delegacia da Infância e Juventude.

A seguir a tabela 1 apresenta a evolução da oferta de atividades de extensão no período de 2011 a 2014:

**QUADRO N.º 16 – ATIVIDADES DE EXTENSÃO DESENVOLVIDAS ENTRE 2011 E 2014**

| <b>Extensão 2011</b>                  | <b>Extensão 2012</b>                  | <b>Extensão 2013</b>                  | <b>Extensão 2014</b>                  |
|---------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|
| Programas Permanentes: 6              | Programas Permanentes: 6              | Programas Permanentes: 6              | Programas permanentes: 6              |
| Eventos dos Programas permanentes: 25 | Eventos dos Programas permanentes: 20 | Eventos dos Programas permanentes: 19 | Eventos dos programas Permanentes: 22 |
| Extensão (eventuais): 7               | Extensão (eventuais): 9               | Extensão (eventuais): 8               | Extensão (eventuais): 19              |
| Extensão (cursos): 4                  | Extensão (cursos): 7                  | Extensão (cursos): 5                  | Extensão (cursos): 6                  |
| 42 atividades                         | 42 atividades                         | 38 atividades                         | 53 atividades                         |

### 9.3.8 Projetos de Pesquisa

A Faculdade desenvolve projetos de pesquisa desde 2007. Os projetos de pesquisa procuram ser instrumento para o desenvolvimento de atividades de iniciação científica por parte de estudantes do Curso de Graduação em Direito da FMP, eventualmente agregando acadêmicos do Curso de Especialização em Direito.

Um dos principais compromissos se constitui em estimular a participação dos acadêmicos/pesquisadores em salões de iniciação científica, em torno das seguintes linhas de pesquisa: Teoria Geral do Direito, Direito Público, Direito Privado (Civil e Empresarial), Direito Penal, Direito Processual, Direitos Especiais e Novos Direitos, conforme nomenclatura utilizada pela CAPES, visando ao encaminhamento e à aprovação do Mestrado em Direito da FMP.

Durante 2014/1, foram desenvolvidos 7 projetos de pesquisas, envolvendo 62 estudantes, 5 com auxílio de bolsa. Em 2014/2, 140 estudantes estavam vinculados a 13 projetos de pesquisa (Quadros 12 e 13), 5 com auxílio de bolsa. Em outubro de 2013, foi aprovado o projeto de pesquisa: “A situação das mulheres privadas de liberdade e o apoio matricial em saúde mental às equipes de atenção básica inseridas no sistema prisional” pelo o edital PPSUS-FAPERGS, com o fomento de uma bolsa de Iniciação Científica, que perdurará até outubro de 2015.

**QUADRO N.º 17 – SÍNTESE DO N.º DE PROJETOS DE PESQUISA (2013 - 2014)**

| LINHA DE PESQUISA | TÍTULO DO PROJETO   | COORDENADOR                           | Nº ALUNOS 2013/1 | Nº ALUNOS 2013/2 | Nº ALUNOS 2014/1 | Nº ALUNOS 2014/2 |
|-------------------|---|---------------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| Direito Público   | Direitos Humanos frente aos desafios contemporâneos: efetividade e universalidade                                   | Eduardo Kroeff Machado Carrion        | 7                | 7                | 9                | 9                |
|                   | Constituição e Processo Civil   | Dr. Calil e Dr. Tanger                | -x-              | -x-              | -x-              | 18               |
|                   | A Proteção Jurídica da Privacidade  | Dra. Cristina, Dr. Tadeu e Dr. Plínio | -x-              | -x-              | -x-              | 3                |
|                   | Judicialização da Saúde e Cidadania   | Gustavo Borges                        | -x-              | -x-              | -x-              | 10               |
|                   | Princípios fundamentais e teoria do crime no Direito Penal dos Estados Unidos da América: uma perspectiva comparada | - Bruno Heringer                      | -x-              | -x-              | -x-              | 7                |

|                                    |   |   |     |     |     |     |
|------------------------------------|---|---|-----|-----|-----|-----|
| Teoria Geral do Direito            | O Direito como argumentação   | Anízio Pires Gavião Filho   | -x- | -x- | 22  | 22  |
|                                    | Judicialização e ativismo judicial  | Anízio P. Gavião Filho, Norberto Flach, Daisson Flach, Luiz F. Calil de Freitas | 8   | 5   | 11  | 11  |
| Direito especiais e novos Direitos | Bioética e biodireito   | Ana Carolina da Costa e Fonseca   | 5   | 4   | 4   | 4   |
|                                    | Direito Urbanístico   | Betânia de Moraes Alfonsin  | 11  | 9   | 8   | 8   |
|                                    | Justiça restaurativa na Justiça Juvenil de Porto Alegre                         | Afonso Armando Konzen   | 7   | 6   | 5   | -x- |
|                                    | Situação das mulheres privadas de liberdade e o apoio matricial em saúde mental | Renata Maria Dotta Panichi<br>Flávia Madche                                     | -x- | -x- | 3   | 4   |
|                                    | O Sentido do Direito hoje   | Antonio Carlos Nedel  | -x- | -x- | -x- | 22  |
|                                    | O dano moral sofrido pelo empregador e a responsabilidade civil do empregado    | José Antonio Reich  | -x- | -x- | -x- | 10  |
|                                    | Justiça de Transição  | Daniela de Oliveira Pires   | -x- | -x- | -x- | 13  |
|                                    |   | Total   | 38  | 31  | 62  | 141 |

Fonte: Secretaria Acadêmica, jan. 2015

No ano de 2014, destaca-se a participação de 2 estudantes na 19th *Interamerican Human Rights Moot Court Competition*, organizado pelo Law School, da Universidade de Washington. Essa competição trilingue conta com a participação de equipes de diversas faculdades de América do Sul, EUA, Europa, Canadá, entre outros. O evento é promovido pela American University Washington College of Law e a Corte Interamericana de Direitos Humanos. Nesta edição da competição, a equipe defendeu vítimas de um caso hipotético envolvendo a temática dos direitos da pessoa com deficiência. O evento aconteceu na sede da universidade, em Washington. Foi a terceira experiência da instituição em eventos desta modalidade. A dupla da FMP foi a única



brasileira entre as instituições privadas a chegar a semifinal e conquistou a 11ª colocação geral.

Em 2014, o IV Salão de Iniciação Científica da Faculdade de Direito ocorreu durante os dias 27 a 30 de outubro, das 13h30min às 17h30min, com a participação de estudantes de faculdades e universidades de Porto Alegre e da região metropolitana (FMP, UNISINOS, UFCSPA, PUCRS, UNIRITTER). No total, 30 estudantes foram selecionados para a apresentação oral de trabalhos e apresentação de pôsteres, representando grupos de pesquisa de diferentes IES. Foram concedidos prêmios para 8 trabalhos.

O Laboratório de Iniciação Científica (LIC), através da publicação de um edital no início de cada semestre, seleciona estudantes voluntários a desenvolverem, com professores orientadores, atividades de iniciação à pesquisa científica. No ano de 2014, o LIC envolveu, no primeiro semestre, 67 estudantes, e, no segundo, 56 estudantes.

A renovação dos pedidos de bolsas de pesquisa ocorre semestralmente, de acordo com editais, a partir da indicação da necessidade dos docentes da Faculdade. As atividades de ensino, pesquisa e extensão foram desenvolvidas em colaboração com instituições vinculadas às áreas jurídicas, impactando no estreitamento de laços entre os estudantes, a Faculdade e a comunidade.

#### 9.4 EVIDÊNCIAS QUANTO À DIMENSÃO POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AO ESTUDANTE

O foco para a avaliação desta dimensão direcionou-se aos aspectos:

- a) Das políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes.
- b) Das políticas de participação dos estudantes em atividades de ensino, a exemplo dos estágios, monitoria, iniciação científica, extensão, avaliação institucional, atividades de intercâmbio estudantil, concursos e projetos sociais.
- c) Dos mecanismos de estudos e análises dos dados sobre ingressantes e egressos, tendo em vista a melhoria das atividades educativas.
- d) Da recepção dos estudantes acadêmicos com atividades do Programa Abraço.

- e) Do nivelamento de ensino através dos Programas de Inovação Tecnológica: Doble, Plus e Gold.
- f) Do desenvolvimento continuado e acompanhamento de egressos envolvendo-os em atividades acadêmicas.

A evolução dos ingressantes na Faculdade, desde 2006/2, evidencia o crescimento pela procura de vagas, a progressão de ingressantes via processo seletivo (vestibular) e extra vestibular (transferências e diplomados).

A Faculdade vem acompanhando os dados relativos aos ingressantes por processo seletivo (vestibular), diplomados, transferidos, evasão e tempo médio de frequência no curso. Igualmente, acompanha os estágios obrigatórios e não obrigatórios, monitoria, laboratório de iniciação científica e atividades de extensão e pesquisa.

Em 2014, houve a permanência no atendimento dos estudantes por meio das atividades do Laboratório de Ensino. O Laboratório tem por objetivo apoiar e nivelar o conhecimento dos estudantes. Em 2014, o Laboratório de Ensino foi mantido com monitorias diárias com 30 estudantes semestrais selecionados por edital, com carga horária semestral de 36 horas ou de 72 horas, sendo estes beneficiados com dois créditos mensais.

#### QUADRO N.º 18 – ACADÊMICOS MONITORES

| Semestre | Monitores |
|----------|-----------|
| 2011/1   | 20        |
| 2011/2   | 8         |
| 2012/1   | 5         |
| 2012/2   | 8         |
| 2013/1   | 18        |
| 2013/2   | 26        |
| 2014/1   | 30        |
| 2014/2   | 30        |

Fonte: NAP, jan. 2015

Em 2014, implementou-se o Programa de Inovação Tecnológica que tem como objetivo a disponibilização de vídeo aulas para aprofundamento e nivelamento dos estudantes da FMP. Os programas se desenvolvem em três níveis de complexidade:

- FMP DOBLE: As aulas do 1º e 2º semestre são gravadas e podem ser assistidas de forma ilimitada pelos estudantes à distância;
- FMP PLUS: Os alunos, a partir do 3º semestre, podem assistir 25% das aulas dos Cursos Preparatórios EAD, sendo possível visualizar duas vezes cada aula;
- FMP GOLD: Gravação de palestras, seminários e cursos para acesso posterior dos alunos.

O Programa de Inovação Tecnológica também se amplia ao atendimento de estudantes com baixa visão. Estes são beneficiados com um *tablet* em que são instalados materiais jurídicos úteis para o curso. Em 2014, um estudante foi beneficiado com este recurso.

As atividades inerentes ao intercâmbio estudantil (na forma do Programa de Mobilidade Acadêmica) transcorreram ao longo de 2011, 2012, 2013 e 2014. Somente em 2014, 10 estudantes participaram do Programa de Mobilidade: 7 alunos de Graduação e 3 egressos da graduação cursando Mestrado em Portugal. As atividades desenvolvidas em 2011, 2012, 2013 e 2014, que adquiriram visibilidade, estão expostas abaixo.

**QUADRO N.º 19 – NÚMERO DE ACADÊMICOS QUE PARTICIPARAM DO PROGRAMA DE MOBILIDADE ACADÊMICA ENTRE 2011, 2012, 2013 E 2014**

| <b>Mobilidade Acadêmica</b> | <b>2011</b> | <b>2012</b> | <b>2013</b> | <b>2014</b> |
|-----------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Intercâmbio ROMA TRE        | 11          | 4           | 3           | 4           |
| Intercâmbio com Portugal    | 8           | 4           | 3           | 3           |
| Mestrado em Portugal        | 2           | 3           | 3           | 3           |
| Doutorado em Roma           | 0           | 0           | 1           | 0           |
| <b>Total</b>                | 21          | 11          | 10          | 10          |

Fonte: Secretaria Acadêmica, Jan./2015

O Programa de Mobilidade Acadêmica aconteceu em convênio com a Facoltà de Giurisprudenza della Università Roma TRE e com a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa - FDUL. O processo seletivo envolveu a avaliação do desempenho do acadêmico e entrevista. Além do Programa de Mobilidade, ocorre também anualmente a seleção de estudantes para participar

do curso intensivo do programa de verão de Bioética da Universidade de Yale, em New Haven, nos Estados Unidos.

Atendendo à proposição do Plano de Desenvolvimento Institucional, em 2014, houve a organização da avaliação dos eventos realizados com a comunidade acadêmica, tais como:

- a) A aula magna ministrada pelo Dr. Marcelo Bertoluci, presidente da OAB-RS, ocorrida em 25 de Março de 2014.
- b) Acolhimento dos discentes ingressantes, favorecendo seu engajamento acadêmico e a qualificação do processo de ensino-aprendizagem e de formação profissional.
- c) Qualificação do serviço de monitoria.
- d) Programa de acompanhamento dos formandos e dos egressos.
- e) Reuniões do Núcleo Docente Estruturante, do Colegiado de Curso, Colegiado Superior, representantes discentes e da Comissão de Avaliação Institucional.
- f) Operacionalização das ações inerentes ao Programa de Autoavaliação Institucional e elaboração de instrumentos de coleta de dados.
- g) Consolidação de relatórios institucionais e encaminhamentos correspondentes.
- h) Qualificação da ouvidoria.
- i) A semana da consciência negra, ocorrida em junho e novembro, com a discussão dos desafios culturais, jurídicos e políticos do combate ao racismo no Brasil.

Foram, ainda, desenvolvidas as seguintes ações, com o apoio do Núcleo de Atendimento Psicopedagógico:

- a) Desenvolvimento do Projeto Ciclo de Palestras Carreiras Jurídicas, relativo à difusão das carreiras jurídicas. A atividade de extensão englobou a realização de oito eventos, constituídos por mesas-redondas ou painéis, sucedidos de debates.
- b) Orientações acadêmicas e psicossociais, totalizando aproximadamente 200 estudantes acompanhados.
- c) Orientação e análise de currículo com orientação de matrícula no período de janeiro a novembro, totalizando 231 processos atendidos.

- d) Organização e acompanhamento de monitoria específica para a edição da disciplina de Desafios Jurídicos, com ênfase para o Exame de Ordem.
- e) Organização da formação continuada docente.
- f) Revisão e atualização dos Planos de Ensino da Graduação.
- g) Organização e realização do Programa de Valorização à Vida com o desenvolvimento de quatro projetos envolvendo a comunidade acadêmica: Doe Sangue; Programa de Apoio à Pessoa com Deficiência; Sustentabilidade; Diversidades;
- h) Assessoria aos órgãos da IES (Direção e Coordenação do Curso de Graduação, ao NDE e CPA, Diretório Acadêmico, Extensão, etc.)

O foco para a avaliação da dimensão de Políticas de Atendimento aos Discentes direcionou-se aos aspectos:

- g) Das políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes.
- h) Das políticas de participação dos estudantes em atividades de ensino, a exemplo dos estágios, monitoria, iniciação científica, extensão, avaliação institucional, atividades de intercâmbio estudantil, concursos e projetos sociais.
- i) Dos mecanismos de estudos e análises dos dados sobre ingressantes e egressos, tendo em vista a melhoria das atividades educativas.
- j) Recepção dos estudantes acadêmicos com atividades do Programa Abraço.
- k) Nivelamento de ensino através dos Programas de Inovação Tecnológica: Doble, Plus e Gold.
- l) Do desenvolvimento continuado e acompanhamento de egressos envolvendo-os em atividades acadêmicas.

## 9.5 EVIDÊNCIAS QUANTO À DIMENSÃO COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

Na avaliação da Comunicação com a Sociedade, os focos de análise foram:

- a) Estratégias, recursos e qualidade da comunicação interna e externa.
- b) Imagem pública da instituição nos meios de comunicação social.
- c) Funcionamento interno da Ouvidoria.

A análise dos documentos relacionados à Comunicação Social evidenciou uma circulação mais ordenada das informações internas e externas, em especial, com a manutenção do jornal de informações acadêmicas e ampliação de ações nas redes sociais. No corredor de acesso aos andares e no elevador, um mural eletrônico apresenta notícias nacionais e internacionais emergentes e um mural com informes acadêmicos. O *site* da FMP promove a geração de conteúdos e notícias de interesse da comunidade acadêmica e aquelas de caráter legal.

Um dos focos do setor da Comunicação Social foi a parceria com os meios de comunicação para a divulgação dos projetos de extensão abertos à comunidade, dentre eles os projetos Fronteiras Jurídicas, Carreiras Jurídicas, Semana Acadêmica, Jornadas Interdisciplinares e Programa de Valorização à Vida, que são sistematicamente divulgados nos principais jornais de circulação do Estado.

A divulgação do Curso de Graduação para a comunidade ocorre, especialmente, pelo projeto Feira de Profissões, em parceria com as escolas de Ensino Médio da rede pública e privada. A Faculdade oferece palestras com professores e estudantes da Graduação para a apresentação das carreiras jurídicas as escolas parceiras. Nessa atividade, em 2014, foram realizadas 11 palestras, e a instituição esteve presente em sete eventos de Feiras de Profissões. Já o Programa de Pós-Graduação utiliza canais de comunicação próprios, a fim de favorecer a comunicação entre os seus interlocutores, no âmbito dos órgãos da administração pública, que são os maiores divulgadores dos cursos.

Além disso, na IES há a utilização de diversos instrumentos de interação com os estudantes: *e-mail*, torpedos, publicações de notícias no site, posts na página da FMP no Facebook, posts no perfil da FMP no Twitter, cartazes em murais, vídeos no telão do 7.º andar, avisos em sala de aula e datas de eventos com inscrições abertas. Em relação às redes sociais, constatou-se um crescimento do número de acessos a página da FMP no Facebook e de compartilhamento das postagens da FMP.

A Ouvidoria, coordenada pelo Prof. Gilberto Thums, Me., recebe estudantes, professores e colaboradores e vem cumprindo com a sua atribuição de proporcionar um espaço eficiente de comunicação com a estrutura da Faculdade, aprimorando processos e relações institucionais. Dentre elas destaca-se o número de atendimentos (92 estudantes) e a instalação de uma sala própria com funcionamento no 9º andar da FMP.

## 9.6 CONSIDERAÇÕES

Em relação ao ensino, passou a ser incorporado um trabalho com os docentes referente à prática docente e à sistemática da avaliação da aprendizagem. Já na pesquisa, foram ampliados os grupos de pesquisa e o número de estudantes. Da mesma forma, o Laboratório de Iniciação Científica incentiva o desenvolvimento de habilidades de iniciação científica na graduação. A Extensão, uma atividade mais livre que a pesquisa e o ensino, promove a discussão de temas da atualidade jurídica.

Em 2014, as políticas de atendimento ao estudante se diversificaram com as atividades do Laboratório de Ensino, participação de estudantes em competição internacional e intercâmbios. Destacam-se as atividades de acolhimento do calouro, atendimento e apoio psicopedagógico a estudantes com dificuldades acadêmicas, sociais, psicológicas, econômicas e familiares.

A Faculdade se comunica de forma direta e familiar com o público interno. Para a comunicação com a sociedade usa a imprensa aliada às mídias digitais local, regional e estadual.

### **Potencialidades:**

- a) Incrementos às atividades de Ensino, Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação, com a oferta de variados cursos de extensão presencial e

- EAD, atividades culturais e transdisciplinares.
- b) Melhoria nos processos de planejamento anual das atividades.
  - c) Realização do IV Salão de Iniciação Científica da FMP.
  - d) A mobilidade acadêmica e a porcentagem de estudantes da IES em intercâmbio internacional.
  - e) Incentivo intelectual e econômico para estudantes na participação de concursos e seminários nacionais e internacionais.
  - f) O Programa Abraço no acompanhamento a estudantes com dificuldades no processo de ensino-aprendizagem, egressos ou questões relacionadas à saúde psíquica, social ou familiar.
  - g) O Programa de Inovação Tecnológica com a edição de vídeo aulas.
  - h) O investimento na Comunicação com o estudante.
  - i) Aumento no número de inscritos nas atividades de extensão.
  - j) Interatividade com os seus acadêmicos, professores e público externo.
  - k) A FMP está em processo de implantação do novo site.

**Fragilidades:**

- a) Conscientizar os egressos para o maior aproveitamento e engajamento nas atividades oferecidas.



## 10 POLÍTICAS DE GESTÃO

**QUADRO N.º 20 – PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS: EIXO IV**

| EIXO 4   | PROGRAMA  | AÇÕES REALIZADAS   |
|--|---|--|
| <p><b>As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional e suas condições de trabalho</b></p>  | <p>Apoio à integração e qualificação profissional</p>         | <p>Aprimoramento nas políticas de pessoal com a implantação do Plano de Carreira Cargos e Salários: seleção, admissão, acolhimento, programa de integração, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.</p> |
|  | <p>Apoio a atividades de docente</p>                          | <p>Formação continuada de docentes.<br/><br/>Incentivo à participação em congressos e eventos científicos.</p>   |
|  | <p>Plano de Carreira do Corpo técnico-administrativo</p>      | <p>Implantação do plano de cargos e salários do corpo técnico-administrativo.</p>  |
| <p><b>Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e a representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.</b></p> | <p>Incremento às atividades dos órgãos colegiados</p>         | <p>Participação do Colegiado de Curso, NDE, CPA e Colegiado Superior nos processos decisórios.</p>   |
|  | <p>Revisão dos documentos institucionais (PDI, PPI e PPC)</p> | <p>Projeto de reformulação dos documentos.</p>   |

|   |   |  |
|---|---|--|
| <b>Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior</b> | Compromissos na oferta da educação superior | Política de captação e alocação de recursos para programas de ensino, pesquisa, extensão e melhoria de infraestrutura. |
|   |   | Análise dos balanços financeiros.<br><br>Adequação do orçamento 2014/2015.   |

### 10.1 EVIDÊNCIAS QUANTO À DIMENSÃO POLÍTICAS DE PESSOAL

A avaliação da CPA quanto à política para pessoal, estabelecida no PDI 2009/2014, destaca:

- a) As políticas de pessoal – recrutamento, seleção, admissão, acolhimento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho, na área administrativa.
- b) Os planos de carreira, regulamentação para o corpo docente e implantação para o corpo técnico-administrativo – em termos de critérios de admissão e progressão.
- c) Os programas, projetos e relatórios gerenciais de qualificação e desenvolvimento profissional para o corpo docente e o técnico-administrativo.
- d) O clima institucional, relações interpessoais, estrutura de poder, graus de satisfação pessoal e profissional.
- e) As atividades de melhoria do ambiente físico destinado à administração da Faculdade para o atendimento à pesquisa, à extensão e aos professores de tempo integral.

Considerando os princípios básicos que regem o Plano de Carreira Docente, a CPA observa:

- a) A valorização da qualificação docente decorrente de cursos de formação.

- b) A profissionalização, entendida como dedicação à docência.
- c) A paridade de remuneração para os docentes ingressantes de carreira, com qualificação análoga.
- d) A progressão na carreira, mediante promoção obtida pela titulação.
- e) O estímulo ao professor para o exercício eficaz das funções docentes.
- f) A possibilidade de recrutamento e manutenção de profissionais de reconhecida competência.

Na intenção de qualificar o corpo docente e atender as orientações do SINAES, foi ampliada a carga horária de alguns professores que dispunham de maior titulação com a finalidade de incentivar a produção científica. Em relação ao apoio à formação continuada foram realizadas, ao longo de 2014, reuniões de Colegiado de Curso com a finalidade de ampliar as discussões e reflexões referentes à avaliação da aprendizagem.

A partir dos resultados da avaliação institucional, a IES identificou a importância de dar continuidade à formação de professores. Em 2014/1, constituiu um grupo de estudos para a discussão do Projeto Político Pedagógico do Curso com a presença de doze docentes, NAP e corpo técnico administrativo, com periodicidade quinzenal. Houve também a criação de grupo de estudos para o aprofundamento das tecnologias de informação e implantação da plataforma Moodle, como recurso para a oferta de atividades em Educação à Distância. O grupo ocorreu no primeiro semestre com a participação aproximada de treze docentes e três colaboradores com frequência quinzenal. As demais atividades da Formação Continuada ocorreram paralelamente às reuniões de Colegiado, na totalidade de quatro encontros. Durante 2014, a ênfase da avaliação da aprendizagem e do desenvolvimento de habilidades foram norteadores das discussões e oficinas realizadas com o corpo docente.

O Plano de Cargos e Salários dos colaboradores técnico-administrativos foi implementado em Março de 2013. Os colaboradores gozam dos seguintes benefícios:

- a) Programa de incentivo educacional para colaboradores selecionados que estão na instituição há mais de um ano; em 2013, 7 colaboradores receberam o auxílio educacional, com 80% de reembolso do

investimento em curso técnico, de Graduação ou Pós-Graduação; em 2014, 11 colaboradores receberam o mesmo auxílio.

- b) Possibilidade de participar em cursos de aperfeiçoamento externos à instituição, envolvendo um terço dos colaboradores, numa carga horária aproximada de 686 horas de atividades.
- c) Conforme Ato Normativo da Fundação 001/2009, o colaborador da FMP tem direito a descontos especiais para cursar a Faculdade de Direito, os cursos de Pós-Graduação, os Cursos Preparatórios e demais cursos que a instituição venha a ofertar.
- d) Utilização da Biblioteca: livre acesso dos colaboradores e do público externo ao acervo de sua Biblioteca.
- e) Previdência privada e plano de saúde para colaboradores.

**QUADRO N.º 21 - DEMONSTRATIVO DO NÚMERO DE COLABORADORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS (2011/2014 – 1.º E 2.º SEM.)**

| CATEGORIA PROFISSIONAL | PERÍODO  |          |          |          |          |          |          |          |
|------------------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
|                        | JUN 2011 | DEZ 2011 | JUN 2012 | DEZ 2012 | JUN 2013 | DEZ 2013 | JUN 2014 | DEZ 2014 |
| <b>Funcionários</b>    | 37       | 43       | 49       | 57       | 57       | 51       | 55       | 60       |

Fonte: Setor de Recursos Humanos, jan. 2015

**QUADRO Nº 22 – GRAU DE SATISFAÇÃO DOS COLABORADORES<sup>5</sup>**

| RESPONDENTES        | 2011       | 2012       | 2013       | 2014       |
|---------------------|------------|------------|------------|------------|
| <b>FUNCIONÁRIOS</b> | <b>3,4</b> | <b>3,9</b> | <b>3,2</b> | <b>3,2</b> |

Fonte: Relatório CPA, jan. 2015

A partir de 2012, o método de aplicação da avaliação institucional foi alterada, passando do formulário físico para o virtual. Mesmo o método anterior ter forma sigilosa, constatou-se que a mudança na forma de aplicação acrescentou maiores garantias quanto ao anonimato dos colaboradores e possibilitou maior participação crítica deles. Outro aspecto que influenciou a alteração do grau de satisfação foi o atendimento direcionado as demandas expostas através da avaliação, trazendo sentido para o processo e legitimando a prática da avaliação. Portanto, esta prática tornou-se um canal direto par aos

<sup>5</sup> O grau médio é calculado por uma escala de 5 pontos, sendo 5,0 o grau máximo.

funcionários fazerem suas sugestões e reivindicações a administração da faculdade.

O grau de satisfação dos respondentes, em relação à avaliação da Faculdade como um todo, está expresso no Quadro n.º 8:

**QUADRO N.º 23 – GRAU DE SATISFAÇÃO GLOBAL DOS ACADÊMICOS E DOCENTES DA FACULDADE<sup>6</sup>**

| RESPONDENTES |         | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |
|--------------|---------|------|------|------|------|
| ACADÊMICOS   | DIURNO  | 3,8  | 4,0  | 4,4  | 4,1  |
|              | NOTURNO | 3,9  | 4,2  | 4,2  | 4,1  |
| DOCENTES     |         | 4,3  | 4,4  | 4,0  | 4,0  |

Fonte: Relatórios CPA, jan. 2015

Observa-se que o grau de satisfação dos acadêmicos e docentes se mantém na média, havendo pequena alteração no processo temporal. Assim como ocorreu com os funcionários, a alteração do método de aplicação da Avaliação Institucional possibilitou este retorno mais qualificado e efetivo. A alteração do grau de satisfação pode estar relacionado com as melhorias da estrutura física da FMP, quesito sempre apontado por docentes e discentes como fragilidade nas avaliações anteriores e que vem sendo qualificada ano a ano para melhor atender nossa comunidade acadêmica.

## 10.2 EVIDÊNCIAS QUANTO À DIMENSÃO ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA FACULDADE DE DIREITO DA FMP

Os objetivos e as metas da instituição estabelecidos em função dos compromissos do PDI e nos projetos dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação foram:

- a) A organização e a gestão da Faculdade, em especial quanto ao funcionamento e à representatividade do corpo docente, administrativo e discente nos colegiados.

<sup>6</sup> O grau médio é calculado por uma escala de 5 pontos, sendo 5,0 o grau máximo.

- b) A participação efetiva dos segmentos da comunidade acadêmica nos processos decisórios.
- c) A elaboração e o desenvolvimento do Plano Estratégico da Mantenedora como instrumento que, além de atender à demanda institucional, favorecesse a otimização e a racionalização das atividades acadêmicas e administrativas.
- d) Incentivo à produção científica e à organização do projeto do curso *stricto sensu*.

Durante o ano letivo de 2014, de acordo com os planos institucionais, os objetivos foram revisitados para a busca da qualidade administrativa e educacional, com ênfase nos seguintes propósitos:

- a) Dar continuidade à qualificação dos colaboradores e professores.
- b) Garantir o equilíbrio financeiro das atividades da Faculdade.
- c) Dispor de canais de comunicação eficientes com a sociedade e com o público interno.
- d) Aprimorar e dar continuidade aos procedimentos técnicos, acadêmicos e administrativos.
- e) Favorecer o processo de ensino-aprendizagem, com o desenvolvimento de competências previstas no Projeto Pedagógico do Curso.
- f) Manter reuniões pedagógicas para identificar deficiências, visando à formação de profissionais da área jurídica.
- g) Conhecer a comunidade onde a instituição está inserida, a fim de propor soluções às suas necessidades, incluindo o estímulo cultural.
- h) Consolidar a atuação como agência educacional a favor do desenvolvimento local e regional.
- i) Expandir o acervo da Biblioteca e atualizar o sistema Pergamum.
- j) Aumentar o número de convênios com instituições da região e do Estado.
- k) Reconhecer a importância do ENADE na consolidação dos princípios educacionais.
- l) Expandir e aprofundar a relação da faculdade com as escolas públicas.
- m) Incentivo aos professores à publicação de artigos e livros.

Na análise dos relatórios, foi possível observar a atuação do Colegiado Superior, bem como a plena e efetiva atuação do Colegiado de Curso e do Núcleo Docente Estruturante, de caráter reflexivo e propositivo. Estes aspectos foram avaliados e observados pela Comissão de Avaliação Externa de Recredenciamento de 2010, que assim se manifestou:

[...] a gestão institucional da IES apresenta uma estrutura simples. Sua administração é exercida pela Direção Superior, pela Diretoria. A Direção Superior representa o órgão deliberativo superior e integrador da IES, e tem a responsabilidade de deliberar sobre as atividades administrativas, pedagógicas, acadêmicas, disciplinares e recursais, bem como as relações com a comunidade. O Colegiado de Curso representa o órgão de natureza consultiva, integrando a administração dos cursos envolvidos. O Núcleo Docente Estruturante (NDE) encontra-se ligado aos órgãos administrativos da IES, atuando de forma participativa nas atividades acadêmicas. O Núcleo Docente Estruturante foi constituído conforme os dispositivos legais, com participação efetiva na avaliação do Projeto Pedagógico de curso. Existe autonomia na relação com a mantenedora que garante aos dirigentes da IES poderes para a tomada de decisões que viabilizem a qualidade das atividades institucionais. (Relatório de Recredenciamento e-MEC/nov. 2010)

A partir da análise de documentos e relatórios percebeu-se êxito na efetivação e avaliação dos objetivos e compromissos com o Projeto Pedagógico do Curso, principalmente pela ação do NDE e dos colegiados. O trabalho do NDE teve repercussão positiva no corpo docente e facilitou as ações da Coordenação do Curso. Igualmente, os membros do NDE trouxeram críticas e sugestões passíveis de serem aprimoradas e implementadas, atinentes às questões curriculares e acadêmicas. Os docentes com atividades no NDE realizaram reuniões para tratar das questões de ensino.

Também foi reconhecida a importância de atender às expectativas de participação da comunidade acadêmica nos processos decisórios. A boa representação docente e discente nas reuniões respaldou e orientou as ações da gestão acadêmica.

Por esse processo avaliativo, destacam-se:

- a) A qualidade pessoal e profissional do corpo docente.
- b) Agilidade na solução dos desafios.
- c) A atuação ativa dos colegiados.
- d) A atuação do NAP.
- e) A atuação da Ouvidoria.

f) A organização do projeto de mestrado e o incentivo às publicações.

A provisão financeira da Fundação Escola Superior do Ministério Público – FMP na área de Ensino provém dos Cursos de Graduação em Direito, de Pós-Graduação nas diversas áreas jurídicas, Cursos de Atualização e Cursos de Preparação às Carreiras Jurídicas.

Em 2014, passados oito anos do ingresso da primeira turma de estudantes da graduação, a Faculdade tem oito turmas de diplomados, totalizando trezentos e vinte e seis egressos. O Curso de Graduação em Direito contava, em final de Agosto de 2014, com oitocentos e dezessete estudantes matriculados, que representam cerca de 73.9% de suas receitas.

### 10.3 EVIDÊNCIAS QUANTO À DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

O foco da dimensão sustentabilidade financeira, para a Faculdade, tem o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da Educação Superior, em termos de:

- a) Políticas de captação e alocação de recursos.
- b) Políticas direcionadas à aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão e melhorias de infraestrutura.

A estratégia de gestão econômico-financeira obedece à legislação vigente sobre o assunto. A entidade mantenedora é responsável, perante as autoridades e o público em geral, pela Faculdade, incumbindo-lhe tomar as medidas necessárias ao seu bom funcionamento, respeitando os limites da legislação, colocando-lhe à disposição os bens móveis e imóveis necessários de seu patrimônio ou de terceiros a ela cedidos.

O orçamento para o ano de 2015 foi apreciado e aprovado pelo Colegiado Superior e pela mantenedora. Destaca-se, nesse particular, a previsão de investimentos na qualificação docente, do acervo da Biblioteca, estímulo à atividade de pesquisa, extensão, implantação da plataforma Moodle e infraestrutura, além de incremento nos investimentos globais do curso.

Dentro das disponibilidades financeiras, assegurando a Dimensão Sustentabilidade Econômica, na qualidade de instituição sem fins lucrativos, no



ano de 2014, foi possível contemplar significativo número de estudantes, bem como destinar 7,64% do percentual do faturamento à concessão de bolsas. Conforme o Quadro n.º 24, em 2006/2, era da ordem de 5%; em 2010, passou a ser de 15,5%; em 2011, 12,51%; em 2012, 10,45% e em 2013, 7,64%. O decréscimo do índice está relacionado ao aguardo do reconhecimento da IES como instituição filantrópica.

**QUADRO N.º 24 – DEMONSTRATIVO DO PERCENTUAL DE FATURAMENTO DESTINADO À CONCESSÃO DE BOLSAS – 2006/2 A 2014/2**

| ESPECIFICAÇÕES   | 2011     | 2012     | 2013     | 2014    |
|--|----------|----------|----------|---------|
| Valores em R\$ destinados à concessão de bolsas ou descontos         | 570.828  | 548.182  | 654.977  | 773.386 |
| Percentual sobre o faturamento                                       | 12.51%   | 10.45%   | 5,14%    | 5,99%   |
| Valor médio das mensalidades dos beneficiados pela bolsa ou desconto | 2.033,87 | 1.742,57 | 1.023,40 | 983,95  |

Fonte: Gerência Executiva, jan. 2015

A sistematização de dados de ordem técnica, acadêmica e administrativa, realizada ao longo do ano letivo de 2014 contribuiu para o avanço da qualidade dos serviços ofertados à comunidade acadêmica, da formação dos docentes e do corpo técnico e administrativo.

A implementação do sistema de avaliação de desempenho do colaborador que prevê a avaliação anual pela sua chefia imediata e sua autoavaliação ampliou a comunicação dos colaboradores com suas respectivas chefias. Esta avaliação considera os aspectos técnicos da função do cargo, habilidades e atitudes.

#### 10.4 CONSIDERAÇÕES

Relativamente à gestão acadêmica, merecem destaque:

- a) Os resultados alcançados com a visita in loco da Comissão Avaliadora para renovação do Reconhecimento do Curso, como eixo

importante de avaliação do curso.

- b) A melhoria das ações que favorecem a integração do nível operacional com o estratégico nos procedimentos técnicos, acadêmicos e administrativos.
- c) A consolidação do programa de Mobilidade Acadêmica, através de sua continuidade.
- d) A implementação do Programa de Valorização à Vida, com foco em ações de Responsabilidade Social e Cidadania.
- e) A constituição de novos integrantes na CPA, sendo uma representante da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e uma representante da Direção da FEMARGS, como membros da Sociedade Civil.
- f) O acompanhamento do Plano Anual de Ação da Faculdade, com maior participação e envolvimento do Núcleo Docente Estruturante e do Colegiado de Curso, no planejamento e acompanhamento dos projetos previstos no PDI 2009-2014.
- g) O canal de comunicação entre a comunidade acadêmica e a gestão por meio da Ouvidoria.
- h) O planejamento e controle financeiro vêm apresentando resultados favoráveis, garantindo a sustentabilidade financeira da IES.

#### **Potencialidades:**

- a) A atribuição do conceito final 5 (CINCO), indicando um perfil EXCELENTE de qualidade no processo de renovação de Reconhecimento do Curso (Dezembro, 2014).
- b) Atuação propositiva e reflexiva do NDE.
- c) Adequação da infraestrutura para o desenvolvimento de atividades de extensão EAD.
- d) O comprometimento dos colaboradores.
- e) Continuidade da formação do corpo docente desenvolvida pelo NAP.
- f) Sustentabilidade financeira.
- g) Crescente reconhecimento da comunidade acadêmica em relação aos investimentos realizados pela IES.

- h) O amplo atendimento da Direção e Coordenação do Curso ao corpo docente e discente.

**Fragilidades:**

- a) Prosseguir na melhoria na escala ascendente de integração dos processos técnico-administrativos e acadêmicos, viabilizando a continuidade de crescimento.

## 11 INFRAESTRUTURA

### QUADRO N.º 25 – PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS: EIXO V

| EIXO 5   | PROGRAMA   | AÇÕES REALIZADAS  |
|--|--|---|
| <b>Infraestrutura física, especialmente a de pesquisa, biblioteca, recursos de informática e comunicação</b> | Incremento às atividades da Biblioteca.                  | Publicação eletrônica da Revista da Faculdade de Direito da FMP.                                |
|  |  | Conservação e restauração de livros.  |
|  | Investimentos em infraestrutura e recursos tecnológicos. | Adequação do espaço físico para implementação de tecnologias da informação.                     |
|  |  | Aumento da capacidade da rede sem fio.  |
|  |  | Instalação da Plataforma Moodle.  |
|  |  | Sala para transmissão ao vivo e para gravações de vídeo aulas.                                  |
|  |  | Sala de atendimento do projeto “Acolhimento e Orientação a Vítimas de Violência (UFCSPA e FMP). |
|  |  | Reestruturação do espaço físico do 6º e do 10º andar.   |

#### 11.1 EVIDÊNCIAS PERCEBIDAS QUANTO À INFRAESTRUTURA FÍSICA

O histórico da Fundação Escola Superior do Ministério Público revela constantes investimentos, na ampliação do ensino, resguardando a garantia da sustentabilidade financeira. A mantenedora, em 2014, seguiu investindo na adequação de suas estruturas. Na análise das observações da Autoavaliação Institucional - 2014, o grau médio de satisfação geral, em relação aos serviços da Biblioteca, foi de 3,8. Os estudantes avaliaram positivamente o atendimento prestado pelos colaboradores e o horário de funcionamento da Biblioteca. Entretanto, a maior satisfação foi em relação à quantidade de títulos

disponibilizados. A Biblioteca vem se preocupando com a conservação do atual acervo e sua atualização constante.

Em relação à dimensão da infraestrutura, destacaram-se em 2014:

- a) Redimensionamento (adequação e reforma) da infraestrutura física que dá suporte às atividades de pesquisa, ensino e extensão.
- b) A ampliação do espaço de atendimento dos acadêmicos e do espaço de convivência para funcionários.
- c) O incremento de investimentos em recursos tecnológicos para as atividades de ensino.
- d) A ampliação da Faculdade para mais um andar do prédio (10º andar) com laboratórios para a prática jurídica, salas de aula e gabinetes.
- e) Adequação de salas para o trabalho de professores de carga horária integral.

Foi reconhecida, pela maioria dos integrantes da Faculdade, que a infraestrutura, no momento, atende às necessidades de desenvolvimento do estabelecido no PDI, no PPI e no PPC do Curso de Graduação e Cursos de Pós-Graduação em Direito.

## 11.2 CONSIDERAÇÕES

A estrutura da Biblioteca é considerada de muito boa qualidade, aspecto que foi reconhecido pela Comissão de Avaliação Externa. As respostas aos questionamentos dos usuários, em relação ao grau de satisfação do serviço da biblioteca, têm revelado a necessidade de permanentes melhorias ao longo dos anos, principalmente em relação à qualidade e à atualização de seu acervo.

As salas de aula contam com recursos de computador e projetores (*Datashow*), além de sonorização, climatização e pontos para acesso à rede elétrica e *wireless*. Em 2014, foi implementada a estrutura física para a gravação de vídeo aulas, para fins de qualificação das atividades de nivelamento e do ensino. Durante o ano de 2014, também foi qualificado com mobiliários e equipamentos o espaço de convivência destinado aos

colaboradores. A organização e disponibilidade de uma sala de multiuso para a CPA, NDE e Laboratório de Ensino e Pesquisa.

**Potencialidades:**

- a) Biblioteca segue parâmetros de qualidade, atualizando o acervo de acordo com as Bibliografias indicadas nos Planos de Ensino.
- b) Adequação do espaço físico do 6º, 8º e 10º andar.
- c) Publicação eletrônica do periódico da Faculdade.
- d) Investimento em infraestrutura para a implementação de atividades EAD (plataforma Moodle, sala de gravação de vídeo aulas e ampliação da rede Wireless).

**Fragilidades:**

- a) Serviço terceirizado do Xerox com possibilidade de implementar melhorias, em razão da biblioteca e da Tecnologia da Informação.

## 12 SÍNTESES DOS PRINCIPAIS RESULTADOS

Foi significativo o resultado da renovação do Reconhecimento do Curso e da participação de todos na análise crítica dos parâmetros adotados pela comissão externa de avaliação e do grau de satisfação produzido durante o período da Avaliação Institucional. Os resultados alcançados no índice de aprovação nos Exames de Ordem da OAB destacaram a Faculdade, com o maior índice de aprovados, considerando os últimos dez anos entre as IES particulares do Estado do RS.

A autoavaliação dos docentes e dos discentes permitiu identificar a importância da implantação das adequações na matriz curricular e permitiu que se percebesse a consolidação das informações na qualificação do atendimento ao estudante, na maior integração entre os setores e na formação continuada de docentes e colaboradores.

Tendo em vista os desafios enfrentados administrativamente com os ajustes do quadro funcional, a ampliação da faculdade para atender maior número de estudantes, o envolvimento na revisão dos documentos institucionais e de orientação acadêmica e administrativa, previu-se na elaboração do PDI, ações e compromissos da Faculdade até o ano de 2019.

Os dados apresentados pela autoavaliação anual e nos relatórios anteriores vêm demonstrando evolução positiva e resultados bastante favoráveis à continuidade dos processos de planejamento, avaliação, desenvolvimento institucional, políticas acadêmicas e de gestão administrativa, incluindo a infraestrutura física em nível de excelência.

Para qualificar ainda mais a política de atendimento, pretende-se implantar a formação de uma equipe específica para a área de acompanhamento de egressos, a fim de conscientizar o egresso para o maior aproveitamento das atividades oferecidas pela Faculdade.

Sobremaneira, merece destaque a aprovação do orçamento para a IES, a vigorar no ano de 2015, que assegura a sustentabilidade financeira.

Digno de nota, também, é o crescimento semestral do número de alunos, denotando que a IES vem correspondendo ao anseio social e se projetando no espaço acadêmico estadual.

Com o planejamento anual decorrente do PDI de 2009-2014, traduzido em Plano de Ação Anual, registra-se o cumprimento das ações previstas e o

crescimento quantitativo e qualitativo das atividades de ensino, pesquisa e extensão realizadas, em consonância com a Missão da IES e com as metas do PDI. Considerando o panorama institucional avaliado foi possível apontar necessidades de melhoria constante, identificar potencialidades e indicar soluções alternativas a serem incorporadas no Plano de Ação.

Os avanços e a implementação do planejado, até 2014, revelam preocupação com a as exigências que dão sustentação às propostas educacionais e de uma gestão inovadora. Fica assegurado, com isso, o persistente e contínuo compromisso com os estudantes que cursam na FMP a Graduação em Direito e a Pós-Graduação, assegurando a continuidade no nível de excelência na formação e na qualificação de profissionais do Direito. Sob este prisma é possível afirmar que a Faculdade vem confirmando as expectativas geradas pela comunidade em geral quando de sua implantação, no sentido de ser uma referência na formação jurídica e cultural diferenciada e de grande relevância no espaço que é destinado para sua atuação. Além de manter-se alerta aos ditames institucionais e às exigências qualitativas estabelecidas pelos SINAES e outros órgãos federativos.

Por outro lado, a construção de banco de informações e de indicadores focados em linhas de tempo para cada uma das dez dimensões, agrupadas em cinco eixos, certamente irão favorecer atividades institucionais mais consistentes e produtivas.

Porto Alegre, março de 2015.

  
**Luís Augusto Stumpf Luz**  
Coordenador da Comissão Própria de Avaliação